

## Índice

---

### 5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	11
5.3 - Descrição - Controles Internos	14
5.4 - Programa de Integridade	17
5.5 - Alterações significativas	21
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	22

### 10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	23
10.2 - Resultado operacional e financeiro	42
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	43
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	44
10.5 - Políticas contábeis críticas	45
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	49
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	51
10.8 - Plano de Negócios	52
10.9 - Outros fatores com influência relevante	53

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

### 5.1 Política de gerenciamento de riscos

- a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política*

Em 14 de janeiro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a Política de Gestão de Riscos Corporativos da Companhia (“Política de Gestão de Riscos”).

- b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:*
- i. os riscos para os quais se busca proteção*
  - ii. os instrumentos utilizados para proteção*
  - iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos*

A Política de Gestão de Riscos da Companhia tem o objetivo de estabelecer princípios, conceitos, diretrizes e responsabilidades sobre o processo de gestão de riscos da Companhia e suas controladas. Visa, também, orientar o funcionamento dos processos de estabelecimento de contexto, identificação dos riscos, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos inerentes às atividades das unidades, incorporando a visão de riscos à tomada de decisões estratégicas e em conformidade com as melhores práticas de mercado.

Nos termos da Política de Gestão de Riscos da Companhia, os quatro principais riscos que se busca proteção são:

- a) **Estratégicos:** Riscos que afetam a estratégia ou os objetivos estratégicos da Companhia. Estão ligados a cenários de incertezas e/ou oportunidades e estão no foco prioritário da alta administração.
- b) **Operacionais:** Riscos decorrentes da inadequação ou falha na gestão de processos internos, de pessoas ou tecnologias que possam dificultar ou impedir o alcance dos objetivos.
- c) **Compliance:** Riscos que estão dentro do contexto legal ou regulatório, ligados à corrupção pública ou privada, crimes e a fraudes.
- d) **Tecnologia da Informação (TI):** Riscos relacionados ao uso, operação e influência da tecnologia da informação dentro da Companhia que possam gerar vulnerabilidades que uma vez exploradas afetam a operação e resultados da Companhia.

O processo de gestão de riscos corporativos da Companhia, é conhecido como ERM (*Enterprise Risk Management*) e tem início em reunião anual de apresentação/atualização para os CEOs e Diretores Executivos de cada unidade de negócio da Companhia. Contempla a captura e entendimento dos objetivos estratégicos de curto e longo prazo da Companhia e de suas controladas e o ambiente em que esses objetivos são perseguidos. Este “estabelecimento do contexto” é uma etapa fundamental para

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

garantir que o processo de gestão de riscos esteja alinhado aos ciclos de gestão e de planejamento estratégico de curto e longo prazo da Companhia, identificando assim as suas capacidades e tolerâncias para maior amadurecimento dos conceitos de gestão de riscos.

A abordagem de identificação de riscos para o ERM na Companhia e em suas controladas é *top-down*, partindo de entrevistas com os diretores e principais executivos da Companhia e de cada uma de suas controladas, tendo em vista os principais processos pelos quais são responsáveis. O produto da identificação é uma lista abrangente de riscos baseada nos eventos que possam ameaçar a realização dos objetivos de cada unidade de negócio e consequentemente da Companhia. Nesta etapa também deve ser definido o dono e o responsável por cada um dos riscos identificados, assim como uma descrição que orientará as próximas etapas do mapeamento.

A análise de riscos é conduzida em seguida e consiste na definição das causas e níveis de probabilidade e impacto dos riscos, classificando os fatores agravantes desses riscos, para gerar uma lista de riscos abrangente e relevante para prosseguir com o mapeamento.

A fase de avaliação dos riscos e de seus potenciais de materialização é realizada com o suporte da alta administração, dos executivos e dos líderes de processos da Companhia. Os eventos são avaliados dentro das perspectivas de probabilidade ou frequência e impactos, buscando variáveis para combinar métodos de avaliação qualitativos e quantitativos. Combinando todas as variáveis de avaliação, é definida a criticidade dos riscos identificados, permitindo a construção de um mapa de priorização (da maior exposição para a menor exposição).

A fase de tratamento de riscos envolve a identificação, formalização e implementação de um ou mais planos de ação para mitigar os fatores de risco, que não possuem iniciativas de mitigação efetivas. Para cada ação, é imprescindível que seja definido um responsável e um cronograma de implementação. O objetivo é que, uma vez concluídos, os planos de ação gerem novas iniciativas de mitigação ou melhorem as existentes, consequentemente, reduzindo o nível de risco residual. As alternativas possíveis para tratamento dos riscos são:

- (a) Reduzir ou mitigar a probabilidade e/ou o impacto de um risco até um nível aceitável, de acordo com o apetite a riscos da Companhia;
- (b) Eliminar o fator de risco, eliminando o processo ou o projeto que o gera;
- (c) Transferir ou compartilhar parte do risco com terceiros;
- (d) Aceitá-lo.

O monitoramento dos riscos é feito através do acompanhamento dos planos de ação estabelecidos junto às áreas de negócio, mas principalmente através do acompanhamento dos indicadores de riscos (KRIs). O monitoramento do status dos planos de ação é realizado pelas unidades de negócio de acordo com as responsabilidades definidas na Política de Gestão de Riscos com periodicidade que pode variar de

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

mensal, bimestral, trimestral, semestral, chegando até a anual, dependendo das necessidades de gestão de risco de maneira a atender o fluxo de validações que resulta na apresentação para o CEO e para o Comitê de Auditoria da Companhia. Os riscos priorizados das áreas de negócio são monitorados a partir dos status dos planos de ação, refletindo a comparação entre redução de risco planejada e a realizada. Já o monitoramento do chamado nível de exposição via KRI vincula os indicadores preferencialmente às causas do risco, sejam elas internas (indicadores de realização das iniciativas de mitigação) ou externas (indicadores de tendência).

Em conjunto com a área de comunicação interna, a disseminação da cultura de gestão de riscos é realizada continuamente através da divulgação da Política de Gestão de Riscos da Companhia, bem como de campanhas internas e treinamentos sobre Código de ética, compliance e boas práticas de gestão na Companhia, quando necessários.

Adicionalmente, a Companhia compartilha metodologia de classificação e tratamento dos riscos atualmente adotada pela área de Gestão de Riscos do seu controlador indireto, Casino, pelo qual foram identificados os 10 principais na visão dos executivos da Companhia.

A estrutura de governança em riscos da Companhia e as suas respectivas responsabilidades são, dentre outras, como segue:

(a) Conselho de Administração da Companhia:

- Estabelecer as diretrizes gerais de riscos alinhadas ao contexto de negócio, da sociedade e do ciclo de planejamento estratégico;
- Estabelecer através da capacidade e tolerância da Companhia os limites aceitáveis de risco que a Companhia está disposta a aceitar, de acordo com a relação risco / retorno / para atingir seus objetivos (“Apetite a Riscos”);
- Avaliar, deliberar e aprovar a matriz de riscos estratégicos e priorizados alinhados ao Apetite a Riscos;
- Influenciar e patrocinar dentro dos fóruns de gestão o monitoramento dos riscos priorizados;
- Influenciar e patrocinar a cultura de riscos dentro da Companhia;
- Avaliar, anualmente, a suficiência da estrutura e do orçamento da área de Auditoria Interna da Companhia para o desempenho das suas funções;
- Revisar e aprovar as definições gerais das estratégias de gestão de riscos;
- Assegurar ao Comitê de Auditoria autonomia operacional, aprovando-lhe o

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**

orçamento próprio destinado a cobrir despesas com seu funcionamento; e

- Aprovar a Política de Gestão de Riscos, suas evoluções e revisões futuras.

(b) Comitê de Auditoria:

- Acompanhar as atividades da área de auditoria interna e da área de controles internos e *compliance* da Companhia;
- Avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
- Propor aos fóruns elegíveis definições e diretrizes para compor o modelo de gestão de riscos da Companhia;
- Acompanhar e apoiar o processo de gestão de riscos na definição dos riscos priorizados, alinhados ao contexto de negócios e às diretrizes do Conselho de Administração;
- Supervisionar as atividades de gestão de riscos, seguindo o cumprimento das legislações, das políticas, normas e procedimentos internos da Companhia;
- Avaliar, monitorar e informar periodicamente ao Conselho de Administração sobre os riscos priorizados identificados pelas revisões das áreas de gestão de riscos auxiliando na avaliação dos planos de ação e recomendações;
- Avaliar, aprovar e acompanhar a execução do tratamento e monitoramento dos riscos priorizados;
- Avaliar, aprovar e recomendar à Administração da Companhia a correção ou aprimoramento das políticas internas;
- Avaliar as informações trimestrais e as demonstrações financeiras anuais da Companhia; e
- Recomendar ao CA a contratação de auditores independentes para o exame das demonstrações financeiras e avaliar adequação de eventuais propostas de trabalhos que não sejam de auditoria das DFs pelos auditores independentes.

(c) Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade:

- Elaborar o planejamento e assegurar a operacionalização da gestão de riscos, considerando também os temas socioambientais e todas as dimensões da estrutura definida, englobando atividades estratégicas, táticas e operacionais da Companhia;

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**

- Assessorar o Conselho de Administração na aplicação da metodologia de gestão de riscos na Companhia;
  - Apoiar o Conselho de Administração na definição do Apetite de Risco e na definição dos riscos priorizados da Companhia;
  - Apoiar a Companhia na análise e aprovação da estratégia de gestão de risco;
  - Assessorar o Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração sobre os níveis de exposições dos riscos;
  - Avaliar a eficácia do processo de gestão de risco na Companhia; e
  - Identificar os riscos decorrentes das mudanças estratégicas e diretivas da Companhia sob decisão do Conselho de Administração.
- (d) Diretoria Executiva (DIREX):
- Promover a integração e a cultura de riscos na Companhia e nos ciclos de gestão e planejamento estratégico;
  - Garantir a implantação de um modelo eficiente de gestão de riscos, alinhado aos objetivos de negócios e metas de negócio. Aplicar as diretrizes gerais estabelecidas pelo Conselho de Administração para atribuir o nível de Apetite a Risco aceitável para a Companhia;
  - Acompanhar os riscos gerenciados no nível de cada processo e operações para garantir a efetividade das medidas de controle;
  - Participar dos rituais de validações e priorização dos riscos da Companhia.
  - Acompanhar os KRIs, indicadores-chaves de performance e as estratégias de mitigação dos riscos priorizados;
  - Avaliar e monitorar o tratamento dos riscos de negócio alinhados à execução do planejamento estratégico;
  - Avaliar e cumprir, tempestivamente, a eficácia a aplicabilidade das diretrizes da Política de Gestão de Riscos; e
  - Avaliar e apoiar as adequações da estrutura destinada ao processo de gerenciamento, considerando recursos humanos, financeiros e tecnológicos.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos****(e) Área de Gestão de Riscos:**

- Definir e evoluir a metodologia de gestão de riscos alinhada à cadeia de valor, considerando também os temas socioambientais e integrada dentro de toda a Companhia (incluindo suas controladas);
- Gerir o ciclo do processo de gestão de riscos na Companhia cobrindo todas as unidades de negócio;
- Garantir a gestão do fluxo de informações dentro de todas as unidades de negócio alinhada aos conceitos, a metodologia e aos prazos estabelecidos a cada ciclo de gestão de riscos;
- Apoiar as unidades de negócio no ciclo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos para auxiliá-los na redução dos níveis de exposição dos riscos;
- Gerir a matriz de riscos priorizados, comunicando dentro dos principais fóruns de gestão seus status e níveis de exposições; e
- Suportar as áreas de negócio na identificação e avaliação do impacto dos riscos.

**(f) Área de compliance:**

- Realizar análise de riscos de terceiros, de modo a mitigar possíveis riscos de corrupção, fraude, conflitos de interesses e risco reputacional, assegurando o cumprimento de leis e regulamentos anticorrupção vigentes e conforme a matriz de riscos priorizados;
- Monitorar as análises de riscos de terceiros realizadas com base no grau de classificação de riscos;
- Auxiliar na elaboração e adequação das normas, políticas e procedimentos de forma a reduzir a exposição aos riscos do negócio; e
- Disseminar a cultura de Compliance e integridade, através de treinamentos e comunicações assegurando o cumprimento de leis e regulamentos existentes e normas internas, procurando mitigar os riscos identificados.

**(g) Área de controles internos:**

- Mapeamento de riscos e implementação de controles SOx;

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**

- Revisão dos controles da matriz SOx junto as áreas de negócio;
  - Realização dos testes de SOx;
  - Apoiar as áreas na implementação dos planos de ação e na remediação de pontos identificados antes e após as fases do processo de auditoria SOx;
  - Atendimento a auditoria externa;
  - Auxiliar na elaboração de normas, políticas e manuais de procedimento;
  - Mapear e avaliar aderência às Normas e Procedimentos e adequar os processos para as melhores práticas de mercado;
  - Acompanhamento e controle de *follow-up* dos principais aspectos reportados (auditoria interna, controles internos e gestão de riscos); e
  - Apoio as áreas nas melhorias de controles e processos.
- (h) Área de Segurança da Informação:
- Conduzir o processo de gestão de riscos de segurança da informação;
  - Manter comunicação efetiva com o time de Gestão de Riscos sobre possíveis ameaças e novas medidas de segurança;
  - Informar imediatamente a área de gestão de riscos, sobre violações, falhas, anomalias e outras condições que possam colocar em risco as informações e ativos da empresa;
  - Monitorar os acessos às informações e aos ativos de tecnologia (sistemas, bancos de dados, recursos de rede), tendo como referência a Política e as Normas de Segurança da Informação;
  - Implantar e manter funcionais os controles e padrões de segurança definidos para os ativos de tecnologia;
  - Definir controles para tratamento de riscos, vulnerabilidades, ameaças e não conformidades identificadas pelos processos de Segurança da Informação;
  - Propor as metodologias e processos referentes à segurança da informação, como classificação da informação, avaliação de risco e análise de vulnerabilidades;



**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**

- Classificar e reclassificar o nível de acesso às informações sempre que necessário;
  - Viabilizar, controlar a implementação e divulgar, de forma corporativa, a Política, Normas e Padrões de Segurança da Informação para todos os colaboradores, a arquitetura e os processos pertinentes à Segurança da Informação;
  - Desenvolver e estabelecer, com o envolvimento da área de Comunicação Interna, programas de conscientização e treinamentos de Segurança da Informação;
  - Realizar trabalhos de análise de vulnerabilidades, com intuito de assegurar o nível de segurança dos sistemas de informações e dos demais ambientes em que armazenam, processam ou transmitem as informações de interesse da empresa;
  - Tratar os riscos e vulnerabilidades identificados em ativos, sistemas ou processos sob responsabilidade da área ou interesse da empresa;
  - Conduzir a gestão de incidentes de segurança da informação, incluindo as investigações para determinação de causas e responsáveis e a comunicação dos fatos ocorridos;
  - Propor ações corretivas para os incidentes de segurança da informação;
  - Solicitar informações às demais áreas da empresa e realizar testes e avaliações de segurança, no intuito de verificar o cumprimento e aderência da Política de Segurança da Informação, sempre que necessário;
  - Realizar a avaliação dos projetos das áreas de negócio e do TI do Assaí realizando os apontamentos de segurança necessários para implantação/contratação do Software/Serviço/Solução;
  - Propor projetos e iniciativas para melhoria do nível de segurança das informações do Assaí; e
  - Propor investimentos relacionados à segurança da informação com o intuito de minimizar os riscos.
- (i) Dono do risco: É o principal responsável pela gestão do risco e responde pelo status do mesmo. Estão sob sua responsabilidade as seguintes funções:
- Identificar, classificar e gerenciar os riscos das respectivas áreas de acordo com as estratégias de mitigação, em conjunto com a área de gestão de riscos;
  - Indicar o profissional que responderá como facilitador na gestão do risco junto à

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**

área de gestão de risco;

- Assegurar a implementação dos planos de ação e acompanhamento dos KRIs; e
  - Prestar contas dos níveis de exposição, dos planos de ações e dos indicadores que descrevem o status do risco residual para os fóruns de governança e gestão.
- (j) Facilitador/Responsável: É o detentor do conhecimento técnico a respeito do risco e o principal responsável pela atualização das informações do mapeamento e tratamento dos riscos. Estão sob sua responsabilidade as seguintes funções:
- Deter o conhecimento técnico dos processos no qual os riscos estão inseridos;
  - Ser o responsável pela atualização das informações do mapeamento e tratamento dos riscos da sua unidade de negócio;
  - Manter as informações atualizadas tempestivamente, respeitando o calendário de planejamento do ciclo de gestão de riscos; e
  - Monitorar o status dos planos de ação junto aos responsáveis pela implementação dos dispositivos de controles.
- (k) Área de Auditoria Interna:
- Aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia;
  - Identificar e apontar oportunidades de melhorias nos processos de controle internos e de gestão de risco;
  - Auditar as informações e controles relacionados aos KRIs e indicadores- chaves de performance desenvolvidos e monitorados pelas áreas funcionais; e
  - Reportar periodicamente ao COAUD, órgão ao qual a área de auditoria interna se vincula funcionalmente, e aos seus clientes auditados os resultados de avaliações independentes, imparciais e tempestivas sobre a efetividade da Gestão de Riscos na Companhia.
- (l) Colaboradores:
- Assegurar a operacionalização da gestão de riscos, fazendo parte do processo de identificação, avaliação e mensuração, implementando ações preventivas e corretivas; e

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**

- Participar de treinamentos que permitam a disseminação de forma consciente da cultura de Gestão de Riscos, Ética, Compliance e Boas práticas de Gestão.
- (m) Auditoria Externa: Tem por missão profissional avaliar a qualidade dos controles internos voltados para o preparo de demonstrações financeiras da Companhia, reportando à Companhia as fragilidades em tais controles, se encontrarem.

***c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada***

A área de Controles Internos e a área de Gestão de Riscos da Companhia revisam periodicamente os processos da Companhia, avaliando os riscos inerentes a estes processos, e mantêm uma matriz de riscos e controles com as devidas validações por partes das gestões das áreas de negócio e da Administração, a qual é submetida, anualmente, para avaliação de procedimentos de auditoria interna e externa, além de trabalhar em cooperação com a auditoria interna da Companhia nos assuntos internos. Para maiores detalhes sobre o histórico da estrutura da área de Controles Internos, vide item 5.3 deste Formulário de Referência.

O Conselho de Administração deverá, anualmente, avaliar a suficiência da estrutura e orçamento da auditoria interna para o desempenho de suas funções. Tendo em vista que a área de auditoria interna própria foi recentemente constituída, tal avaliação será feita oportunamente pelo Conselho de Administração.

A Administração da Companhia acredita que, atualmente, a estrutura, metodologia e procedimentos de controles internos adotados são adequados para verificar a efetividade da Política de Gestão de Riscos da Companhia.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado****5.2 Política de gerenciamento de riscos de mercado**

*a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política*

Em 14 de janeiro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a Política de Aplicação, Captação e Câmbio da Companhia, que define as principais estratégias a serem adotadas para mitigar os riscos de mercado.

*b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:*

*(i) os riscos de mercado para os quais se busca proteção*

A administração da Companhia desenvolve estratégias e desenvolve controles internos de forma a minimizar os riscos elencados no item 4.2 do Formulário de Referência.

*(ii) a estratégia de proteção patrimonial (hedge)*

A estrutura de proteção da exposição cambial (*hedge*) adotada pela Companhia é a associação de um contrato de *swap* em que a posição dada (ponta ativa) é idêntica à remuneração do contrato de captação acrescida de custos acessórios, tais como IR e custos de estruturação, ou seja, indexada à variação cambial e a uma taxa anual de juros pré-fixada. A posição tomada, neste mesmo contrato, está indexada à variação de um percentual da Taxa DI.

Em todas as situações, a operação em moeda estrangeira somente poderá ser contratada se for possível realizar tal operação de *swap* em condições que a Companhia considerar favoráveis e observando o fluxo total da operação.

A estrutura de *hedge* busca neutralizar a variação da cotação da moeda estrangeira ao longo da operação. O instrumento financeiro derivativo, associado a esta estrutura, destina-se a compensar riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto da operação.

*(iii) os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)*

Contratos de *swap* ou *forwards* de taxas de juros e taxas de câmbio no mercado local são os instrumentos utilizados para a proteção patrimonial da Companhia.

*(iv) os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos*

A Companhia está exposta a determinados riscos de mercado resultantes do curso normal de seus negócios, incluindo variações nas taxas de juros, de câmbio, risco de crédito e de liquidez.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**Risco de taxa de juros

A Companhia e sua controlada obtêm empréstimos e financiamentos com as principais instituições financeiras para atender às necessidades de caixa para suportar os investimentos. Consequentemente, a Companhia e sua controlada estão expostas, principalmente, ao risco de flutuações relevantes na taxa de juros, especialmente a taxa relativa à parte passiva das operações com derivativos (hedge de exposição cambial) e às dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexado ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de flutuações nas taxas de juros.

Risco da taxa de câmbio

O Grupo Êxito utiliza derivativos como proteção para variação cambial sobre importações. As flutuações nas taxas de câmbio podem acarretar aumento dos saldos passivos de empréstimos em moeda estrangeira, por isso a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, tais como swaps, que visam mitigar o risco de exposição cambial, transformando o custo da dívida em moeda e taxa de juros locais.

Risco de crédito

- Caixa e equivalentes de caixa

A fim de minimizar o risco de crédito são adotadas políticas de investimentos em instituições financeiras aprovadas pelo Comitê Financeiro da Companhia, considerando-se os limites monetários as avaliações de instituições financeiras, as quais são constantemente atualizados.

- Contas a receber

A Companhia também incorre em risco de contraparte relacionado aos instrumentos derivativos, esse risco é mitigado pela política de efetuar transações, dentro das políticas aprovadas, pelos órgãos de governança. Não há saldos a receber ou vendas a clientes que sejam, individualmente, superiores a 5% das contas a receber ou receitas. O risco de crédito relativo às contas a receber é minimizado pelo fato de grande parte das vendas serem realizadas por meio de cartões de crédito. Parte desses recebíveis são antecipados aos bancos e às administradoras de cartões de crédito, com o objetivo de prover o capital de giro e isso proporciona o desconhecimento das contas a receber em virtude da transferência do risco de crédito, benefícios e controle sobre tais ativos. Adicionalmente, principalmente para às contas a receber parceladas, a Companhia monitora o risco pela concessão de crédito e pela análise constante dos saldos de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do acompanhamento diário do fluxo de caixa, controle dos vencimentos dos ativos e dos passivos financeiros. O quadro apresentado no item 4.2 do Formulário de Referência resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2020.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**

*(e) se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos*

A Companhia não contrata instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção do risco patrimonial.

*(f) a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado*

O Conselho de Administração da Companhia é responsável por avaliar matrizes de riscos estratégicos e priorizados, enquanto cada Diretoria das Unidades de Negócio é responsável por gerenciar tal exposição, de acordo com os limites e critérios estabelecidos na Política de Aplicação, Captação e Câmbio da Companhia, assim como de utilização de instrumentos de proteção patrimonial. O Comitê de Auditoria e o Comitê de Finanças supervisionam as atividades da Diretoria Executiva, bem como o cumprimento de tal política.

*c) adequação da estrutura operacional de controles internos para verificação da efetividade da política adotada*

A Administração da Companhia avaliou a efetividade do ambiente de controles internos e concluiu que a estrutura, metodologia e procedimentos são adequados para verificar a efetividade da Política de Aplicação, Captação e Câmbio aplicada para a Companhia.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

### 5.3 Descrição dos controles internos

***a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las***

A Companhia, com o objetivo de manter o adequado monitoramento do ambiente de controles internos atrelados aos processos operacionais e financeiros mantém as principais práticas de controles internos a seguir apresentadas.

A Companhia, atualmente, possui diversas práticas de controles internos, como a condução de treinamentos para colaboradores acerca das principais normas de *Compliance* da Companhia, o desenvolvimento de planos de ação junto às áreas de negócios da Companhia para mitigar potenciais riscos reputacionais e perdas financeiras relevantes futuras, a avaliação periódica dos principais riscos relacionados ao ambiente tecnológico e aos processos operacionais da Companhia, dentre outros, sendo que cada uma dessas práticas está sob responsabilidade primária de uma das áreas de controle da Companhia, conforme descritas no item 5.3(b) abaixo.

A Administração da Companhia acredita que os procedimentos e controles internos adotados são adequados e suficientes para assegurar a qualidade, precisão e confiabilidade das demonstrações financeiras da Companhia. Por essa razão, as demonstrações financeiras da Companhia apresentam adequadamente o resultado de suas operações e sua situação patrimonial e financeira nas respectivas datas.

***b) as estruturas organizacionais envolvidas***

(a) Área de Gestão de Riscos da Companhia, a qual é responsável pela identificação, avaliação e monitoramento dos riscos corporativos junto aos administradores e diretores;

(b) Área de *Compliance* é responsável por promover a cultura da ética e integridade, com base nas melhores práticas de mercado, visando a prevenção, detecção e resposta aos riscos de *Compliance* identificados. Desenvolve juntamente com os responsáveis das áreas de negócio planos de ação, visando mitigar os riscos reputacionais e de perdas financeiras relevantes para a Companhia (p.ex: condução de treinamentos para colaboradores, alta administração e fornecedores, revisão e implementação de políticas e controles, análise de risco de fornecedores, etc);

(c) Área de segurança da informação que cria políticas e monitora a proteção do ambiente tecnológico;

(d) Área de prevenção de perdas responsável pelo monitoramento e controle de estoque;

(e) Área de controles internos responsável pela inclusão e guarda dos controles, além da avaliação dos riscos dos processos operacionais, financeiros, tecnológicos; e

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

(f) Auditoria interna da Companhia que é responsável por aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança.

A área de Controles Internos, que se reporta à área de Auditoria Interna, é responsável por coordenar e monitorar os testes nos controles internos visando atendimento aos requisitos da Lei Sarbanes–Oxley (“SOx”). A área de Controles Internos também é responsável por supervisionar as atividades da área de *Compliance* da Companhia, a qual se reporta diretamente à área de Auditoria Interna. Entretanto, cabe enfatizar que essas áreas atuam de maneira independente, de forma a não compartilhar recursos com a equipe de Auditoria Interna.

A Companhia adota a estrutura conceitual *do Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* – Coso, emitido em 2013, para desenhar e testar os controles para fins de SOx.

Vale ressaltar, ainda, que cabe ao Comitê de Auditoria acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos e *compliance* da Companhia.

***c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento***

A área de auditoria interna da Companhia, que se reporta ao Comitê de Auditoria, atua de forma independente e objetiva para aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia. O plano anual da auditoria é revisado e validado pela Presidência e Diretoria Executiva da Companhia, tendo o seu cumprimento supervisionado pelo Comitê de Auditoria e reportado ao Conselho de Administração.

A Área de Gestão de Riscos da Companhia avalia periodicamente os riscos inerentes aos processos e mantém uma matriz de riscos e controles com as devidas validações por parte dos gestores das áreas de negócio e da Administração, a qual é submetida, anualmente, para avaliação de procedimentos de auditoria interna.

A Administração da Companhia contrata ainda uma firma de auditoria para efetuar os testes de controles sob supervisão da administração, de forma a suportar sua conclusão sobre os controles internos.

***d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente***

De acordo com o relatório de deficiências preparado e encaminhado pelos auditores independentes da Companhia, relativo às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, foi identificada uma deficiência referente a eficácia operacional dos controles gerais de TI (“ITGC”) implementados pela Companhia para os sistemas considerados relevantes para o processo



**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**

de auditoria, identificamos deficiências de controles relacionados aos acessos lógicos dos sistemas em escopo (gestão de acessos) e gerenciamento de rotinas automáticas, conforme seguem abaixo:

1. Gestão de Acessos: foram identificadas deficiências na gestão de acessos de usuários dos sistemas da Companhia nos processos de concessão, revogação, movimentação e revogação; e
2. Gerenciamento de rotinas automáticas: para algumas falhas de jobs não houve a formalização das tratativas realizadas na correção do problema, bem como, o encerramento do chamado não foi realizado de forma tempestiva.

***e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas***

Em relação a deficiência apontada no item “d” acima, a Administração entende que as diferenças apontadas foram extensivamente analisadas e não houve impacto nas Demonstrações Financeiras da Companhia. Inclusive, em meados de 2020 foi adotado pela Companhia um amplo plano de remediação, trazendo melhorias em nossos controles de ITGC visando mitigar os eventuais riscos de forma sustentável e permanente.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

**5.4 Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:**

*a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:*

**i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas**

A Companhia está elaborando o seu Programa de Integridade. Até a sua implementação, ela continuará seguindo o Programa de Integridade da CBD, sua ex-controladora, e que foi estruturado nos termos da Lei nº 12.846/13, Decreto nº 8.420/15, Portarias da Controladoria Geral da União e outras regulamentações correlatas, mas com supervisão periódica pelo Conselho de Administração da Companhia, via Comitê de Auditoria e pela Diretoria Executiva.

Dentre os principais mecanismos e procedimentos adotados pela Companhia, destacam-se:

- a. Código de Ética, com as principais diretrizes, relacionadas à condução dos negócios e relacionamento com Poder Público, parceiros comerciais e os colaboradores;
- b. Adoção de diversas políticas e procedimentos, com destaque para: Anticorrupção; Conflito de Interesses; Doações, Contribuições e Patrocínios; Acionamento e Apuração da Ouvidoria; Consequências e Medidas Disciplinares; Brindes, Presentes, Viagens e Entretenimento; Gestão do Comitê de Ética; Relacionamento e Acordos com o Poder Público; e Atendimento a Fiscalização;
- c. Comitê de Ética, composto pelo Diretor Presidente, Diretor Gestão e Gente e Ouvidoria, Jurídico, Auditoria, Operações e Secretário do Comitê;
- d. Área de Compliance dedicada à estruturação, prevenção, detecção, monitoramento e aprimoramento constante do Programa de Integridade com reporte à área de Auditoria Interna;
- e. Treinamentos periódicos acerca do Código de Ética, Direitos Humanos, Compliance, Lei Anticorrupção e outras regulamentações correlatas, políticas e procedimentos internos, realizados presencialmente e via *e-learning*, divididos por tema e abrangência, conforme o público alvo;
- f. Canal de Ouvidoria, responsável por esclarecimento de dúvidas, recebimento de reclamações e/ou denúncias internas e externas, assim como pela gestão do processo de apuração e tratativas de consequência; e

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

g. Avaliação periódica de fornecedores de serviços de acordo com a análise de risco das atividades econômicas, com foco no histórico reputacional.

A Companhia realizará, a cada dois anos, a análise de riscos com foco na Lei Anticorrupção e avaliação do Programa de Integridade, como ferramenta para aprimorar o seu programa de Compliance.

**ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes**

As seguintes áreas são envolvidas diretamente na supervisão, monitoramento e funcionamento do Programa de Integridade, tendo suas atribuições definidas por políticas internas:

a. Conselho de Administração, via Comitê de Auditoria: é responsável pela supervisão do Programa de Integridade;

b. Comitê de Ética: tem como principal atribuição zelar pelo cumprimento das diretrizes estabelecidas no Código de Ética da Companhia, incluindo análises de suspeita de corrupção, fraude ou outras violações ao Código de Ética ou Política Anticorrupção por parte de colaboradores, fornecedores, prestadores de serviço e agentes intermediários, para definição dos procedimentos a serem adotados. Em sua atuação o Comitê de Ética pode contar com a contribuição eventual da Ouvidoria e dos departamentos de recursos humanos, *compliance*, auditoria e jurídico;

c. *Compliance*: área dedicada à estruturação, monitoramento e aprimoramento constante do Programa de Integridade, com reporte à Diretoria de Auditoria Interna, Gestão de Riscos e Controles e Compliance;

d. Ouvidoria: área responsável por receber e dar tratativa às denúncias envolvendo violações ao Código de Ética, políticas e procedimentos internos, bem como violações à legislação vigente por colaboradores, fornecedores e clientes, ou qualquer parte interessada, independentemente do cargo ou situação de quem tenha praticado a violação e envio para apuração de áreas específicas. A Ouvidoria também acompanha a conclusão das apurações e planos de ação gerados para mitigar os riscos, medidas corretivas e disciplinares e reportará, periodicamente, os seus indicadores ao Comitê de Ética e ao Comitê de Auditoria;

e. Áreas Apuradoras: possuem a atribuição de apurar a procedência das ocorrências reportadas à Ouvidoria; e

f. Auditoria Interna: realiza a auditoria do Programa de Integridade, apontando necessidade de melhorias nos processos, políticas e procedimentos. Reporte ao Comitê de Auditoria.

**iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:**

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados
- se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema
- as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas
- órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Código de Ética da Companhia se aplica a administradores e colaboradores da Companhia, bem como a parceiros comerciais, tais como fornecedores, prestadores de serviço e agentes intermediários.

O Código foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 14 de janeiro de 2021. O Código de Ética e a Política Anticorrupção da Companhia podem ser acessados no *website* da Companhia em sua página na internet [www.assai.com.br](http://www.assai.com.br).

A alta administração e os colaboradores serão treinados periodicamente acerca das diretrizes do Código de Ética, Compliance, Lei Anticorrupção e regulamentações correlatas, além de políticas e procedimentos internos da Companhia. Os treinamentos serão realizados presencialmente e via e-learning, divididos por tema e abrangência, conforme o público alvo.

A Política de Consequências e Medidas Disciplinares da Companhia estabelece as sanções aplicáveis no caso de violação ao Código de Ética, políticas e procedimentos internos. Essas sanções consistem em medidas disciplinares educativas (advertência e suspensão) ou punitivas de rompimento contratual, e desligamento dos colaboradores envolvidos, sem ou por justa causa.

*b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:*

- se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros
- se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados
- se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé
- órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

A Companhia possui canal de denúncias, é operacionalizado por terceiros, sob a responsabilidade da Ouvidoria, sendo que eventuais reportes são realizados ao Comitê de Ética. O canal está apto a receber denúncias internas e externas, de forma anônima, de colaboradores, de clientes, parceiros comerciais e ou qualquer outro público de relacionamento da Companhia.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Prestador de serviço terceiro é responsável pelo recebimento das ocorrências, e o time interno dedicado a ouvidoria é responsável pela análise e distribuição para as Áreas apuradoras, de ocorrências relacionadas à Ética, conforme o tema e políticas impactadas.

O Código de Ética da Companhia, legislações vigentes aplicadas no país e políticas internas relacionadas ao Programa de *Compliance* ou demais áreas estabelecem as premissas para recebimento de denúncias, que podem ser feitas de forma anônima, de modo a garantir a imparcialidade e equidade na apuração e aplicações de sanções, assim como impedir qualquer tipo de retaliação aos denunciantes.

*c) se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando a identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas*

A Companhia possui um procedimento de auditoria (*due diligence*), que visa cobrir todas as áreas da empresa alvo, que possam se refletir em risco e/ou benefício para a Companhia, bem como suas subsidiárias, afiliadas ou seus proprietários, acionistas, funcionários ou eventuais subcontratados, tais como: trabalhista, tributário, previdenciário, civil, societário, dentre outras. No seu escopo, está incluída a verificação de eventuais irregularidades e/ou ilícitos e existência de vulnerabilidades relacionadas à Lei Anticorrupção e regulamentações correlatas, no caso de operações de fusão, aquisições e reestruturações societárias, inclusive *joint ventures*.

*d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido*

Não aplicável, conforme respostas acima.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas****5.5 Alterações significativas**

Não houve, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, alterações significativas nos principais riscos de mercado aos quais a Companhia está sujeita.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e****5.6 Outras informações relevantes**

Não aplicável, tendo em vista que todas as informações relevantes e pertinentes a este item foram divulgadas nos itens acima.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### 10.1 Condições financeiras e patrimoniais gerais

#### *Introdução*

Os comentários a seguir devem ser lidos em conjunto com nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, emitidas em 22 de fevereiro de 2021, inclusive as Notas Explicativas.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 09 de setembro de 2020 foi autorizado o início dos estudos para a segregação da Companhia do Grupo Pão de Açúcar (“GPA”) por meio de uma operação de cisão parcial (“Cisão”).

A Cisão foi precedida da transferência da participação acionária no Éxito detida pela Companhia e a transferência de certos ativos operacionais para o GPA.

O propósito da Cisão foi liberar o pleno potencial dos negócios da Companhia, permitindo que opere de forma autônoma, com administração separada, foco no modelo de negócio e oportunidades de mercado. Adicionalmente, a Cisão permitirá acesso direto ao mercado de capitais e a outras fontes de financiamento.

Com a implementação da Cisão, as ações de emissão da Companhia detidas pelo GPA foram distribuídas aos acionistas do GPA, na exata proporção das participações por eles detidas no capital social do GPA. A referida distribuição ocorreu após a obtenção, pela Companhia, da listagem das ações de sua emissão no segmento Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, juntamente com a listagem de ADSs (*American Depositary Securities*) representando ações da Companhia na *New York Stock Exchange* (NYSE).

Em 11 de dezembro de 2020 a Companhia obteve o registro de companhia aberta na categoria “A” perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), nos termos da Instrução CVM nº480/2009.

Em 10 de fevereiro de 2021 foi deferido o pedido de listagem e da admissão à negociação das ações de emissão da Companhia no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e em 12 de fevereiro de 2021, foi deferido o pedido de listagem dos *American Depositary Securities* (“ADS”) de emissão da Companhia na *New York Stock Exchange* (“NYSE”).

Os montantes das demonstrações do resultado de 2019 estão sendo reapresentados, devido a desconsolidação do Grupo Éxito. Maiores detalhes estão na nota explicativa 1.2 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020.

#### *(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais*

No ano de 2020, a Companhia, através da sua bandeira Assaí fortaleceu a sua presença no mercado brasileiro com a abertura de 19 novas lojas no território brasileiro, concretizando mais um ano de forte expansão e sucesso para a bandeira, com crescimento de 14% na área de vendas, confirmando a estratégia de expansão do modelo *cash and carry* já incorporado à rotina dos (as) seus (suas) clientes. A Companhia encerrou o ano de 2020 com 184 lojas de atacado de autosserviço em operação em 23 estados brasileiros e no Distrito Federal, possibilitando encerrar o ano com vendas líquidas de R\$ 36,0 bilhões, com um crescimento de 28%, bem como apresentou a continuidade no avanço de fluxo de clientes, ganhos de market share e evolução da rentabilidade, resultado principalmente da: (i) excelente performance das lojas do Assaí inauguradas no ano e maturação da expansão dos anos anteriores; e (ii) diluição das despesas operacionais.

O ano de 2020 registrou importantes avanços, mesmo em meio à pandemia da COVID-19 e a um cenário econômico desafiador e de consumo fortemente impactado pelos altos índices de desemprego:



## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

o faturamento bruto no Brasil teve um incremento de 29,3% em relação ao ano anterior, fechando 2020 em R\$ 39,5 bilhões. Também registrou 26,7% de crescimento do EBITDA ajustado pelos Resultados da Equivalência Patrimonial e Outras Despesas e Receitas Operacionais, que totalizou R\$ 2,7 bilhões, e R\$ 1,4 bilhão de lucro líquido.

O nível de alavancagem atingiu -1,60x dívida líquida/EBITDA ajustado, apresentando uma melhora em relação a 2019 (-1,71x). Ao longo de 2020 efetivamos a amortização de parte dos empréstimos e juros incorridos no período, no valor total de R\$ 1.790 milhões.

O patrimônio líquido totalizou R\$ 1,410 bilhões em 31 de dezembro de 2020, uma redução de 85,5% quando comparado com 31 de dezembro de 2019.

A Companhia apresentou uma situação de liquidez confortável ao longo dos últimos anos. Em 31 de dezembro de 2020, o índice de liquidez corrente da Companhia era de 0,98x, comparado a 0,91x em 31 de dezembro de 2019 e 0,83x em 31 de dezembro de 2018.

Graças a uma forte geração de caixa operacional no período, o índice de liquidez fica estável mesmo com um alto nível de investimento. A Companhia analisa os índices de liquidez com a finalidade de identificar possíveis necessidades de captação de recursos ou disponibilidade de caixa para futuros investimentos.

Conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de dezembro de 2020, 6 postos de gasolina e a operação do Grupo Êxito foram transferidas para a Companhia Brasileira de Distribuição (GPA). Em 2020, a atividade cash and carry, retratada das operações transferidas para o GPA, apresentou forte geração de caixa operacional (R\$ 2,1 bilhões) e uma dívida líquida/EBITDA ajustado pré-IFRS 16 de -1,76x (vs -3,77x em 2019).

R\$ milhões	2020	2019	2018
Ativo Circulante	8.349	12.282	4.198
Passivo Circulante Pré-IFRS16	8.551	13.526	5.044
<b>Índice liquidez corrente</b>	<b>0,98</b>	<b>0,91</b>	<b>0,83</b>

### Endividamento

(R\$milhões)	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2018
<b>Dívidas de curto prazo</b>	<b>(2.063)</b>	<b>(1.443)</b>	<b>(633)</b>
Empréstimos e financiamentos	(223)	(287)	(633)
Debêntures	(1.840)	(1.156)	-
<b>Dívidas de longo prazo</b>	<b>(5.700)</b>	<b>(7.338)</b>	<b>(93)</b>
Empréstimos e financiamentos	(941)	(611)	(93)
Debêntures	(4.759)	(6.727)	-
<b>Total Dívida bruta</b>	<b>(7.763)</b>	<b>(8.781)</b>	<b>(726)</b>
<b>Caixa e Aplicações financeiras</b>	<b>3.532</b>	<b>5.026</b>	<b>1.411</b>
<b>Dívida líquida</b>	<b>(4.231)</b>	<b>(3.755)</b>	<b>685</b>
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>2.591</b>	<b>2.130</b>	<b>1.563</b>
Carteira de recebíveis de cartão de crédito não antecipadas	80	28	38
<b>Dívida líquida incluindo recebíveis de cartão de crédito não antecipados</b>	<b>(4.151)</b>	<b>(3.727)</b>	<b>723</b>

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

<b>Dívida líquida incluindo recebíveis de cartão de crédito não antecipados / EBITDA Ajustado</b>	<b>-1,60</b>	<b>-1,71</b>	<b>0,46</b>
---	--------------	--------------	-------------

A Companhia encerrou 2020 com alavancagem de -1,60x dívida líquida/EBITDA ajustado, apresentando uma melhora em relação a 2019 (-1,71x). A dívida líquida, ajustada pelo saldo de recebíveis não antecipados, totalizou R\$ 4.151 milhões em 2020. Excluindo o Êxito da posição de 2019, a dívida líquida de 2020 apresenta uma redução de R\$ 2.412 milhões, resultado de uma forte geração de caixa operacional após os investimentos de R\$ 931 milhões, além do recebimento de R\$ 1.399 milhões em dividendos provenientes do Êxito e de R\$ 505 milhões em operações de SLB.

A Companhia encerrou 2020 com posição financeira robusta, tendo R\$ 3.532 milhões de caixa, equivalente a 1,71x a posição de dívida de curto prazo. Por fim, o saldo de recebíveis não antecipados totalizou R\$ 80 milhões.

A dívida bruta sofreu uma redução de R\$ 1,018 bilhão, totalizando R\$ 7,763 bilhões no período. Desse total, cerca de R\$ 6,599 bilhões referem-se à emissão de debêntures, com taxas de CDI + 1,60% a.a. a CDI + 2,20% a.a. e vencimento de 2020 a 2023 (1ª emissão de Sendas, em 4 séries) para aquisição do Êxito.

Para maiores informações, vide item 10.1.h.

**(b) estrutura de capital**

<b>(R\$milhões)</b>	<b>31.12.2020</b>	<b>AV 2020</b>	<b>31.12.2019</b>	<b>AV 2019</b>	<b>31.12.2018</b>
Passivo (Circulante e Não Circulante)	17.411	92,5%	26.204	73,0%	6.841
Total Patrimônio Líquido	1.410	7,5%	9.701	27,0%	4.092
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>18.821</b>	<b>100,0%</b>	<b>35.905</b>	<b>100,0%</b>	<b>10.933</b>

Acima demonstramos a composição da estrutura de capital da Companhia para os períodos indicados, considerando como percentual de capital próprio o valor resultante do total do patrimônio líquido dividido pelo total do passivo (circulante e não circulante), e como percentual de capital de terceiros o valor resultante do somatório do passivo circulante e não circulante dividido pelo total do passivo (circulante e não circulante) e do patrimônio líquido.

**(c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros**

A Administração acredita que o fluxo de caixa, bem como os recursos atualmente disponíveis, garantem a Companhia plena capacidade de pagamento de todos os compromissos financeiros de curto e de longo prazo.

**(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizados pela Companhia**

A captação de recursos em 2020, 2019 e 2018 foi realizada por meio de: (A) contratos financeiros que representam: (i) financiamentos denominados em reais com obrigação de pagamento de principal e de taxa de juros atrelada à taxa DI; (ii) financiamentos denominados em moeda estrangeira, os quais são imediatamente “trocados” na sua totalidade por obrigações de pagamento denominadas em reais e com taxa de juros atrelada à taxa DI, por meio de operações de “swap”; (B) captações no mercado de capitais mediante emissões de debêntures; (C) geração de caixa através de sua operação; e (D) antecipação de recebíveis.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Ainda em relação a 2019, a captação de recursos também ocorreu por meio de financiamentos denominados em COP para as operações internacionais na Colômbia.

Em 2020, 2019 e 2018, não houve dificuldades para obtenção de financiamentos ou realização de refinanciamentos da dívida existente.

*(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que a Companhia pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez*

Na opinião da Administração, as fontes de financiamento utilizadas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 são adequadas e continuarão a ser utilizadas pela Companhia como fontes de financiamento, se necessário.

*(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas bem como se o emissor vem cumprido essas restrições*

*i. Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes*

As tabelas abaixo apresentam o endividamento da Companhia junto a instituições financeiras e as captações feitas no mercado de capitais em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018. Composição da dívida, incluindo: (i) empréstimos e financiamentos e (ii) debêntures.

**Em R\$ milhões**

	<b>Taxa média</b>	<b>31.12.2020</b>	<b>31.12.2019</b>	<b>31.12.2018</b>
<u>Debêntures</u>				
Debêntures	CDI+2,44% a.a.	6.644	7.962	-
Custo de captação		(45)	(79)	-
		<b>6.599</b>	<b>7.883</b>	-
<u>Empréstimos e financiamentos</u>				
<u>Em moeda nacional</u>				
BNDES	3,72% a.a.	-	23	30
Capital de giro	TR+9,8% a.a.	72	84	95
Capital de giro	CDI + 1,97% a.a.	910	500	-
Contratos de <i>swap</i>		(11)	(10)	(9)
Custo de captação		(14)	(13)	(2)
		<b>957</b>	<b>584</b>	<b>114</b>
<u>Em moeda estrangeira</u>				
Capital de giro	IBR3M + 2%	-	46	275
Capital de giro	USD + 2,35%	264	287	380
Contratos de <i>swap</i>		(57)	(18)	(43)
Custo de captação		-	(1)	-
		<b>207</b>	<b>314</b>	<b>612</b>
<b>Total</b>		<b>7.763</b>	<b>8.781</b>	<b>726</b>

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Cronograma de vencimentos dos empréstimos e financiamentos, incluindo derivativos no ativo e passivo não circulante.

<b>Vencimento</b>	<b>31.12.2020</b>
De 1 a 2 anos	2.484
De 2 a 3 anos	2.790
De 3 a 4 anos	224
De 4 a 5 anos	224
Após 5 anos	8
<b>Subtotal</b>	<b>5.730</b>
Custo de captação	(30)
<b>Total</b>	<b>5.700</b>

Financiamento do capital de giro, swap e financiamento do consumidor por interveniência.

*Financiamento do capital de giro e Debêntures*

A Companhia utiliza a emissão de debêntures para fortalecer o capital de giro, manter sua estratégia de caixa, alongamento do seu perfil de dívida e investimentos. As debêntures emitidas não são conversíveis em ações, não possuem cláusulas de repactuação e não possuem garantia.

Em conexão com as emissões de debêntures e notas promissórias efetuadas e parte das operações de empréstimos em moeda estrangeira, a Companhia tem a obrigação de manter índices financeiros. Esses índices são calculados trimestralmente com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sendo: (i) a dívida líquida (dívida menos disponibilidades e contas a receber)/Patrimônio Líquido; e (ii) índice de dívida líquida consolidada/EBITDA conforme tabela abaixo. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia estava adimplente em relação a esses índices.

<b>Sendas</b>	<b>4T20</b>	<b>1T21</b>	<b>2T21</b>	<b>3T21</b>	<b>4T21</b>	<b>1T22</b>	<b>2T22</b>	<b>3T22</b>	<b>4T22</b>	<b>1T23</b>	<b>2T23</b>	<b>3T23</b>	<b>4T23</b>
<b>DL/EBITDA</b>	<b>3,0</b>	3,25	3,25	3,25	<b>2,5</b>	2,75	2,75	2,75	<b>2,0</b>	2,25	2,25	2,25	<b>2,0</b>
<b>DL/PL</b>	<b>4,5</b>	5,0	5,0	5,0	<b>3,0</b>	3,5	3,5	3,5	<b>2,0</b>	2,5	2,5	2,5	<b>2,0</b>

Adicionalmente, o instrumento da 1ª emissão de debêntures da Companhia prevê cláusula restritiva que determina limitações de distribuição de dividendos acima do mínimo legal e aumento do endividamento para aquisições de outras sociedades.

A Companhia vem cumprindo todas as cláusulas restritivas e, nos 3 últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, não houve evento que gerasse antecipação de suas dívidas.

*Swaps*

A Companhia faz uso de operações de *swap* de 100% das captações em dólares norte-americanos e taxas de juros fixas, trocando essas obrigações pelo Real atrelado às taxas de juros do CDI (flutuante). Esses contratos têm o mesmo prazo da dívida e protegem os juros e o principal e são assinados com o mesmo grupo econômico. A taxa média ponderada anual do CDI em dezembro de 2020 foi de 2,76% (5,96% em 31 de dezembro de 2019).

Em R\$ milhões

Descrição	Tipo	Valor de emissão	Debêntures em circulação (unidades)	Data		Encargos financeiros anuais	Preço unitário (em reais)	31.12.2020
				Emissão	Vencimento			
1ª Emissão de Notas promissórias - 2ª série	Sem preferência	50	1	04.07.2019	05.07.2021	CDI + 0,72% a.a.	52.998.286	53
1ª Emissão de Notas promissórias - 3ª série	Sem preferência	50	1	04.07.2019	04.07.2022	CDI + 0,72% a.a.	52.998.286	53
1ª Emissão de Notas promissórias - 4ª série	Sem preferência	250	5	04.07.2019	04.07.2023	CDI + 0,72% a.a.	52.998.286	267
1ª Emissão de Notas promissórias - 5ª série	Sem preferência	200	4	04.07.2019	04.07.2024	CDI + 0,72% a.a.	52.998.286	214
1ª Emissão de Notas promissórias - 6ª série	Sem preferência	200	4	04.07.2019	04.07.2025	CDI + 0,72% a.a.	52.998.286	213
1ª Emissão de Debêntures - 2ª série	Sem preferência	2.000	200.000	04.09.2019	20.08.2021	CDI + 1,74% a.a.	876	1.762
1ª Emissão de Debêntures - 3ª série	Sem preferência	2.000	200.000	04.09.2019	20.08.2022	CDI + 1,95% a.a.	1.004	2.033
1ª Emissão de Debêntures - 4ª série	Sem preferência	2.000	200.000	04.09.2019	20.08.2023	CDI + 2,20% a.a.	1.005	2.049
Custo de captação								(45)
								<b>6.599</b>

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***Obrigações de arrendamento mercantil*

A Companhia adota desde 1º de janeiro de 2019, com aplicação retrospectiva, o CPC 06 (R2) “Arrendamento Mercantil”.

Na celebração de contrato, a Companhia avalia se o contrato é, ou contém, um arrendamento. O contrato é, ou contém, um arrendamento se ele transfere o direito de controlar o uso de ativo identificado por um determinado período em troca de contraprestação. Nesta situação a Companhia registra um ativo pelo direito de uso, e um passivo de arrendamento pela obrigação.

A Companhia arrenda equipamentos e espaços comerciais, incluindo lojas e centros de distribuição, em contratos canceláveis e não canceláveis de arrendamento mercantil. Os prazos dos contratos variam substancialmente entre 5 e 25 anos.

A Companhia avalia seus contratos de arrendamento com o objetivo de identificar relações de aluguel de um direito de uso, usando das isenções previstas para os contratos de prazo inferior a doze meses e de valor individual do ativo abaixo de US\$5.000 (cinco mil dólares), desde que não haja a opção de compra do item implícita no contrato.

Os contratos são então registrados, quando do início do arrendamento, como passivo de arrendamento em contrapartida ao Direito de Uso, ambos pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, utilizando a taxa de juros implícita do contrato, se esta puder ser utilizada, ou taxa de juros incremental considerando empréstimos obtidos pela Companhia.

O prazo do arrendamento utilizado na mensuração corresponde ao prazo que o arrendatário está razoavelmente certo de exercer a opção de prorrogar o arrendamento ou de não exercer a opção para rescindir o arrendamento. Subsequentemente, os pagamentos efetuados são segregados entre encargos financeiros e redução do passivo de arrendamento, de modo a se obter uma taxa de juros constante no saldo do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira do período.

Os ativos de direito de uso dos contratos de arrendamento são amortizados pelo prazo do arrendamento. As capitalizações de melhorias, benfeitorias e reformas efetuadas nas lojas são amortizadas ao longo de sua vida útil estimada ou do prazo esperado de utilização do ativo, limitado se houver evidências de que o contrato de arrendamento não será prorrogado.

Os aluguéis variáveis são reconhecidos como despesas nos exercícios em que são incorridos.

Os valores totais registrados referentes aos contratos de arrendamento mercantil estão demonstrados no quadro abaixo:

***Em R\$ milhões***

	<b>31.12.2020</b>	<b>31.12.2019</b>	<b>31.12.2018</b>
Passivo de arrendamento mercantil financeiro - pagamentos mínimos:			
Até 1 ano	172	404	81
De 1 a 5 anos	866	1.323	347
Mais de 5 anos	1.738	2.024	752
<b>Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil financeiro</b>	<b>2.776</b>	<b>3.751</b>	<b>1.180</b>
<b>Encargos futuros de financiamento</b>	<b>2.478</b>	<b>2.347</b>	<b>1.141</b>
<b>Valor bruto dos contratos de arrendamento mercantil financeiro</b>	<b>5.254</b>	<b>6.098</b>	<b>2.321</b>

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***ii. Outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras*

Atualmente não mantemos quaisquer relações de longo prazo relevantes com instituições financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, além daquelas já descritas no item 10.1 (f) deste Formulário de Referência.

*iii. Grau de subordinação entre as nossas dívidas*

A Diretoria informa que o grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

*iv. Eventuais restrições impostas em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.*

Os instrumentos de emissões de debêntures e notas promissórias preveem cláusulas restritivas que, entre outras, determinam índices e limites de endividamento (covenants financeiros), limitação de alienação de ativos e de operações de reestruturação societária (alienação, cisão, fusão, incorporação ou transferência de controle societário). Há também contratos de empréstimo e instrumentos de financiamento da Companhia e suas subsidiárias que, conforme o caso, também preveem cláusulas restritivas que limitam os eventos acima indicados, incluindo:

- contratos de empréstimo e financiamento em moeda nacional e moeda estrangeira;
- contrato de Adesão ao Sistema de Proteção Contra Riscos Financeiros – Derivativos (*swap*, termo e opções).

Adicionalmente, o instrumento da 1ª emissão de debêntures de Companhia prevê cláusula restritiva que determina limitações de distribuição de dividendos acima do mínimo legal e aumento do endividamento para aquisições de outras sociedades.

A Companhia vem cumprindo todas as cláusulas restritivas e, nos 3 últimos exercícios sociais, não houve evento que gerasse antecipação de suas dívidas.

*(g) Limites dos financiamentos já contratados, percentuais já utilizados*

Em dezembro de 2020 não havia limites de crédito contratados e não utilizados. Em 2019, a Companhia possuía R\$ 400 milhões de limites disponíveis através de “*revolving lines*”.

*(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras*

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de dezembro de 2020, os acionistas da Companhia aprovaram a proposta de reorganização societária, conforme divulgado na nota explicativa nº 1.2 das Demonstrações Financeiras de 31.12.2020.

**Demonstração de Resultados**

Demonstração do Resultado
---------------------------

R\$ - Milhões

ASSAÍ CONSOLIDADO				
31.12.2020	AH 2020 x 2019	31.12.2019	AH 2019 x 2018	31.12.2018

Reapresentado

Receita Bruta de Vendas

39.536

29,3%

30.574

21,8%

25.092

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

<b>Receita Líquida de Venda de Bens e/ou Serviços</b>	<b>36.043</b>	<b>28,3%</b>	<b>28.082</b>	<b>22,0%</b>	<b>23.017</b>
Custo das Mercadorias Vendidas e/ou serviços	(30.095)	29,0%	(23.327)	23,8%	(18.835)
Depreciação e Amortização - Custo	(34)	54,5%	(22)	120,0%	(10)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>5.914</b>	<b>25,0%</b>	<b>4.733</b>	<b>13,4%</b>	<b>4.172</b>
Despesas com Vendas	(2.811)	23,7%	(2.273)	19,1%	(1.908)
Despesas Gerais e Administrativas	(435)	23,6%	(352)	28,0%	(275)
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	n/a	-	n/a	-
Outras Despesas Operacionais, Líquidas	(97)	781,8%	(11)	266,7%	(3)
<b>Total Lucro Operacional</b>	<b>2.571</b>	<b>22,6%</b>	<b>2.097</b>	<b>5,6%</b>	<b>1.986</b>
Depreciação e Amortização	(503)	27,3%	(395)	26,2%	(313)
<b>Lucro Operac. antes impostos e Rec(desp.) financeiras-ebit</b>	<b>2.068</b>	<b>21,5%</b>	<b>1.702</b>	<b>1,7%</b>	<b>1.673</b>
Receitas financeiras	343	45,3%	236	-215,7%	(204)
Despesas financeiras	(786)	80,3%	(436)	-619,0%	84
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(443)</b>	<b>121,5%</b>	<b>(200)</b>	<b>66,7%</b>	<b>(120)</b>
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>1.625</b>	<b>8,2%</b>	<b>1.502</b>	<b>-3,3%</b>	<b>1.553</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(436)	2,3%	(426)	-10,7%	(477)
<b>Resultado Líquido das Operações Continuadas</b>	<b>1.189</b>	<b>10,5%</b>	<b>1.076</b>	<b>0,0%</b>	<b>1.076</b>
<b>Resultado Líquido de Operações Descontinuadas</b>	<b>367</b>	<b>-2.393,8%</b>	<b>(16)</b>	<b>n/a</b>	<b>-</b>
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício</b>	<b>1.556</b>	<b>46,8%</b>	<b>1.060</b>	<b>-1,5%</b>	<b>1.076</b>
<b>Participação dos Acionistas Não Controladores</b>	<b>(158)</b>	<b>1.115,4%</b>	<b>(13)</b>	<b>n/a</b>	<b>-</b>
<b>Lucro (Prejuízo) dos Acionistas Controladores</b>	<b>1.398</b>	<b>33,5%</b>	<b>1.047</b>	<b>-2,7%</b>	<b>1.076</b>

*Comentários sobre variações de 31 de dezembro de 2020 vs. 31 de dezembro de 2019*

<b>Demonstração do Resultado - Consolidado</b>	<b>ASSAÍ CONSOLIDADO</b>				
	<b>31.12.2020</b>	<b>31.12.2019</b>	<b>AH 2020 x 2019</b>	<b>31.12.2018</b>	<b>AH 2019 x 2018</b>
<b>Receita Bruta de Vendas</b>	<b>39.536</b>	<b>30.574</b>	<b>29,3%</b>	<b>25.092</b>	<b>21,8%</b>
<b>Receita Líquida de Venda de Bens e/ou Serviços</b>	<b>36.043</b>	<b>28.082</b>	<b>28,3%</b>	<b>23.017</b>	<b>22,0%</b>
<b>Lucro Bruto</b>	<b>5.914</b>	<b>4.733</b>	<b>25,0%</b>	<b>4.172</b>	<b>13,4%</b>
<b>Margem Bruta</b>	<b>16,4%</b>	<b>16,9%</b>	<b>-0,5 p.p.</b>	<b>18,1%</b>	<b>-1,2 p.p.</b>
Despesas com Vendas	(2.811)	(2.273)	23,7%	(1.908)	19,1%
Despesas Gerais e Administrativas	(435)	(352)	23,6%	(275)	28,0%
<b>Desp. com vendas, gerais e administrativas</b>	<b>(3.246)</b>	<b>(2.625)</b>	<b>23,7%</b>	<b>(2.183)</b>	<b>20,2%</b>
<b>% da Receita líquida</b>	<b>-9,0%</b>	<b>-9,3%</b>	<b>0,3 p.p.</b>	<b>-9,5%</b>	<b>0,2 p.p.</b>
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	n/a	-	n/a
Outras Despesas Operacionais, Líquidas	(97)	(11)	781,8%	(3)	266,7%
Depreciação e Amortização	(503)	(395)	27,3%	(313)	26,2%



**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(443)</b>	<b>(200)</b>	<b>121,5%</b>	<b>(120)</b>	<b>66,7%</b>
<b>% da Receita líquida</b>	<b>-1,2%</b>	<b>-0,7%</b>	<b>-0,5 p.p.</b>	<b>-0,5%</b>	<b>-0,2 p.p.</b>
<b>Lucro (Prejuízo) dos Acionistas Controladores</b>	<b>1.398</b>	<b>1.047</b>	<b>33,5%</b>	<b>1.076</b>	<b>-2,7%</b>

**Receita operacional líquida**

A receita operacional líquida da Companhia aumentou 28,3% em 2020, passando de R\$ 28,082 bilhões em 2019 para R\$ 36,043 bilhões em 2020.

O aumento na receita líquida está em linha com o plano de expansão que a Administração da Companhia vem realizando nos últimos anos, no ano de 2020 tivemos a abertura de 19 novas lojas (22 lojas em 2019), contribuindo para o crescimento de 14% na área de vendas, confirmando a assertividade da estratégia de expansão do modelo.

**Lucro Bruto**

Em 2020, o lucro bruto totalizou R\$ 5,914 bilhões, aumento de R\$ 1,181 bilhão ou 25,0% em relação a 31 de dezembro de 2019. A margem bruta atingiu 16,4%, patamar 0,5 p.p. inferior a 2019, explicado pela significativa quantidade de lojas em processo de maturação.

**Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas**

As despesas com vendas, gerais e administrativas passaram de R\$ 2,625 bilhões em 2019 para R\$ 3,246 bilhões em 2020, crescimento de 23,7%, resultado das lojas inauguradas em 2020 e impacto da inflação nas despesas.

**Outras Despesas e Receitas Operacionais, líquidas**

As Outras Despesas e Receitas Operacionais passaram de R\$ 11 milhões em 2019 para R\$ 97 milhões em 2020. O aumento está principalmente relacionado com as despesas da reestruturação societária e com despesas incrementais relacionadas à COVID-19.

**Depreciação e Amortização**

Em 2020, as depreciações e amortizações totalizaram R\$ 537 milhões, representando um aumento de 28,8% comparado às depreciações e amortizações de R\$ 417 milhões em 2019. Esse aumento foi devido, principalmente, à depreciação e amortização relacionadas à abertura e conversões de lojas durante o ano de 2020.

**Resultado Financeiro, líquido**

Em 2020, o resultado financeiro líquido totalizou uma despesa de R\$ 443 milhões, representando 1,2% da receita líquida (0,7% em 2019). Esse aumento está impactado principalmente pela emissão da primeira série de debêntures e pelo impacto dos juros sobre passivo de arrendamento. .

**Lucro Líquido**

O lucro líquido consolidado dos acionistas controladores da Companhia em 2020 foi de R\$ 1,398 bilhão (R\$ 1,047 bilhão em 2019) representando um aumento de 33,5%, resultado da melhor performance operacional e assertividade das estratégias adotadas pela Companhia.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de dezembro de 2020, 6 postos de gasolina e a operação do Grupo Êxito foram transferidas para a Companhia Brasileira de Distribuição (GPA). O resultado da atividade cash & carry, retratado das operações transferidas para o GPA, atingiu uma receita bruta de R\$ 39,369 bilhões em 2020 com um crescimento de 29,6% e uma receita líquida de R\$ 35,950 bilhões com avanço de 29,3%, em linha com o plano de expansão. A margem bruta, apesar da grande quantidade de lojas em maturação, atingiu 16,4% (0,1 p.p inferior a 2019). As despesas apresentaram redução de +0,5 p.p vs 2019, graças aos ganhos de produtividade e à inflação de commodities. O EBITDA Ajustado alcançou R\$ 2,696 bilhões e teve crescimento de +38,4%, superior à evolução da receita bruta, com aumento de margem de +0,5 p.p. O lucro líquido alcançou R\$ 1,003 bilhão com margem de 2,8%.

### *Comentários sobre variações de 31 de dezembro de 2019 vs. 31 de dezembro de 2018*

#### **Receita operacional líquida**

A receita operacional líquida da Companhia aumentou 22,0% em 2019, passando de R\$ 23,017 bilhões em 2018 para R\$ 28,082 bilhões em 2019.

O aumento na receita líquida está em linha com o plano de expansão que a Administração da Companhia vem realizando nos últimos anos, no ano de 2019 tivemos o recorde de abertura de lojas com 22 lojas (18 lojas em 2018), contribuindo para o crescimento de 20% na área de vendas, confirmando a estratégia de expansão do modelo.

#### **Lucro Bruto**

Em 2019, o lucro bruto totalizou R\$ 4,733 bilhões, aumento de R\$ 561 milhões ou 13,4% em relação a 31 de dezembro de 2018. A margem bruta atingiu 16,9%, patamar 1,2 p.p. inferior a 2018.

#### **Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas**

As despesas com vendas, gerais e administrativas passaram de R\$ 2,183 bilhões em 2018 para R\$ 2,625 bilhões em 2019, crescimento de 20,2%, resultado das lojas inauguradas no período e impacto da inflação nas despesas.

#### **Outras Despesas e Receitas Operacionais, líquidas**

As Outras Despesas e Receitas Operacionais passaram de R\$ 3 milhões em 2018 para R\$ 11 milhões em 2019. O aumento está relacionado com as despesas de reestruturação e relacionadas à aquisição do Êxito.

#### **Depreciação e Amortização**

Em 2019, as depreciações e amortizações totalizaram R\$ 417 milhões, representando um aumento de 29,1% comparado às depreciações e amortizações de R\$ 323 bilhão em 2018. Esse aumento foi devido, principalmente, à depreciação e amortização relacionadas à abertura de lojas durante o ano de 2019.

#### **Resultado Financeiro, líquido**

Em 2019, o resultado financeiro líquido totalizou uma despesa de R\$ 200 milhões, representando 0,7% da receita líquida (0,5% em 2018). Apesar da redução da média do CDI de 6,4% em 2018 para 4,9% em 2019, houve um aumento do custo da dívida devido a emissão de debêntures para a aquisição do Grupo Êxito.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****Lucro Líquido**

O lucro líquido consolidado dos acionistas controladores da Companhia em 2019 foi de R\$ 1,047 bilhão (R\$ 1,076 bilhão em 2018) representando uma redução de 2,7%, impactado pelos gastos não recorrentes para aquisição do Éxito. Excluindo-se esses gastos o lucro líquido teria um aumento de aproximadamente 6,1% quando comparado com 2018.

**Balanco Patrimonial**

*Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018*

**Balanco Patrimonial – Ativo Consolidado**

(R\$ milhões)	31.12.2020	AV	AH 2020 x 2019	31.12.2019	AV	AH 2019 x 2018	31.12.2018	AV
<b>Ativo Circulante</b>	<b>8.349</b>	<b>44,4%</b>	<b>-32,0%</b>	<b>12.282</b>	<b>34,2%</b>	<b>192,6%</b>	<b>4.198</b>	<b>38,4%</b>
Caixa e equivalentes de caixa	3.532	18,8%	-29,7%	5.026	14,0%	256,2%	1.411	12,9%
Contas a Receber	182	1,0%	-62,9%	491	1,4%	258,4%	137	1,3%
Estoques	3.739	19,9%	-28,0%	5.190	14,5%	132,2%	2.235	20,4%
Impostos a recuperar	768	4,1%	-31,4%	1.119	3,1%	231,1%	338	3,1%
Ativos mantidos para venda	-	0,0%	-100,0%	52	0,1%	na	-	0,0%
Instrumentos financeiros derivativos	57	0,3%	96,6%	29	0,1%	-32,6%	43	0,4%
Outras contas a receber	34	0,2%	-83,5%	206	0,6%	505,9%	34	0,3%
Outros ativos circulantes	37	0,2%	-78,1%	169	0,5%	na	-	0,0%
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>10.472</b>	<b>55,6%</b>	<b>-55,7%</b>	<b>23.623</b>	<b>65,8%</b>	<b>250,7%</b>	<b>6.735</b>	<b>61,6%</b>
Impostos a recuperar	866	4,6%	-10,0%	962	2,7%	3,6%	929	8,5%
Instrumentos financeiros derivativos	11	0,1%	0,0%	11	0,0%	22,2%	9	0,1%
Partes relacionadas	178	0,9%	83,5%	97	0,3%	781,8%	11	0,1%
Depósitos judiciais	134	0,7%	10,7%	121	0,3%	2,5%	118	1,1%
Outras contas a receber	-	0,0%	-100,0%	37	0,1%	na	-	0,0%
Outros ativos não circulantes	1	0,0%	-98,8%	84	0,2%	na	-	0,0%
Investimentos	769	4,1%	140,3%	320	0,9%	na	-	0,0%
Propriedade para investimento	-	0,0%	-100,0%	3.051	8,5%	na	-	0,0%
Imobilizado	7.476	39,7%	-49,0%	14.652	40,8%	214,8%	4.655	42,6%
Intangíveis	1.037	5,5%	-75,8%	4.288	11,9%	323,3%	1.013	9,3%
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>18.821</b>	<b>100,0%</b>	<b>-47,6%</b>	<b>35.905</b>	<b>100,0%</b>	<b>228,4%</b>	<b>10.933</b>	<b>100,0%</b>

**Balanco Patrimonial – Passivo Consolidado**

(R\$ milhões)	31.12.2020	AV	AH 2020 x 2019	31.12.2019	AV	AH 2019 x 2018	31.12.2018	AV
<b>Passivo Circulante</b>	<b>8.723</b>	<b>46,3%</b>	<b>-37,4%</b>	<b>13.930</b>	<b>38,8%</b>	<b>171,8%</b>	<b>5.125</b>	<b>46,9%</b>
Fornecedores	5.058	26,9%	-48,2%	9.770	27,2%	170,9%	3.607	33,0%
Passivo de arrendamento	172	0,9%	-57,4%	404	1,1%	398,8%	81	0,7%
Empréstimos e financiamentos	280	1,5%	-11,4%	316	0,9%	-53,3%	676	6,2%
Debêntures	1.840	9,8%	59,2%	1.156	3,2%	na	-	0,0%

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Salários e encargos sociais	371	2,0%	-35,1%	572	1,6%	132,5%	246	2,3%
Impostos e contribuições a recolher	104	0,6%	-68,2%	327	0,9%	155,5%	128	1,2%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	424	2,3%	na	-	0,0%	na	-	0,0%
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	22	0,1%	100,0%	11	0,0%	na	-	0,0%
Partes relacionadas	41	0,2%	-73,0%	152	0,4%	46,2%	104	1,0%
Receitas antecipadas	227	1,2%	-18,1%	277	0,8%	75,3%	158	1,4%
Obrigação de compra participação minoritária	-	0,0%	-100,0%	466	1,3%	na	-	0,0%
Outros passivos circulantes	184	1,0%	-61,6%	479	1,3%	283,2%	125	1,1%
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>8.688</b>	<b>46,2%</b>	<b>-29,2%</b>	<b>12.274</b>	<b>34,2%</b>	<b>615,3%</b>	<b>1.716</b>	<b>15,7%</b>
Passivo de arrendamento	2.604	13,8%	-22,2%	3.347	9,3%	204,5%	1.099	10,1%
Empréstimos e financiamentos	952	5,1%	53,1%	622	1,7%	509,8%	102	0,9%
Debêntures	4.759	25,3%	-29,3%	6.727	18,7%	na	-	0,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	82	0,4%	-93,1%	1.191	3,3%	349,4%	265	2,4%
Provisão para demandas judiciais	282	1,5%	-19,2%	349	1,0%	47,9%	236	2,2%
Receitas antecipadas	1	0,0%	-50,0%	2	0,0%	-50,0%	4	0,0%
Outros passivos não circulantes	8	0,0%	-77,8%	36	0,1%	260,0%	10	0,1%
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>1.410</b>	<b>7,5%</b>	<b>-85,5%</b>	<b>9.701</b>	<b>27,0%</b>	<b>137,1%</b>	<b>4.092</b>	<b>37,4%</b>
Capital social	761	4,0%	-82,8%	4.421	12,3%	88,0%	2.351	21,5%
Reservas de capital	4	0,0%	-77,8%	18	0,1%	12,5%	16	0,1%
Reservas de lucros	645	3,4%	-74,2%	2.497	7,0%	44,8%	1.725	15,8%
Outros resultados abrangentes	-	0,0%	-100,0%	162	0,5%	na	-	0,0%
Participação de acionistas não controladores	-	0,0%	-100,0%	2.603	7,2%	na	-	0,0%
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>18.821</b>	<b>100,0%</b>	<b>-47,6%</b>	<b>35.905</b>	<b>100,0%</b>	<b>228,4%</b>	<b>10.933</b>	<b>100,0%</b>

**31 de dezembro de 2020 vs. 31 de dezembro de 2019****Ativo**CirculanteCaixa e equivalentes de caixa

Em 2020, o caixa e equivalentes de caixa totalizaram R\$ 3,532 bilhões, uma redução de R\$ 1,494 bilhões em relação a 2019, principalmente relacionado à desconsolidação do Grupo Êxito. As disponibilidades representavam 18,8% do ativo total em 31 de dezembro de 2020 em comparação a 14,0% em 31 de dezembro de 2019.

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de contas a receber totalizou R\$ 182 milhões, uma redução de R\$ 309 milhões em relação ao saldo de 2019. Esta variação é decorrente principalmente da desconsolidação do Grupo Êxito, contribuindo com um decréscimo de R\$ 384 milhões.

Estoques

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os estoques reduziram 28,0%, passando de R\$ 5,190 bilhões em 2019 para R\$ 3,739 bilhões em 2020, representando uma redução de R\$ 1,451 bilhão. Esta redução está impactada pela desconsolidação do Éxito com o valor de R\$ 2,993 bilhões. Em 31 de dezembro de 2020, os estoques representavam 19,9% do ativo total e 14,5% em 31 de dezembro de 2019, o que demonstra também uma maior eficiência operacional da administração da Companhia na gestão dos estoques, no período de pandemia, mesmo com a abertura de 19 lojas no ano de 2020.

### Impostos a recuperar (circulante e não circulante)

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de impostos a recuperar reduziu 21,5%, passando de R\$ 2,081 bilhões em 2019 para R\$ 1,634 bilhão, ou seja, uma redução de R\$ 447 milhões, sendo que R\$ 570 milhões se referem ao saldo de desconsolidação do grupo Éxito. Demais variações ocorridas nesta rubrica estão relacionadas, principalmente, ao registro do crédito de ICMS sobre a operação no valor de R\$ 123 milhões.

### Outras contas a receber e Outros ativos (circulante e não circulante)

Em 31 de dezembro de 2020, os outros ativos reduziram 85,5%, passando de R\$ 496 milhões em 2019 para R\$ 72 milhões em 2020, variação de R\$ 424 milhões, em função, principalmente, da desconsolidação do Grupo Éxito que impactou em R\$ 521 milhões e pelo recebimento de R\$ 97 milhões decorrente da venda de lojas na operação de *Sale Leaseback* realizada no último trimestre de 2019 e outros valores a receber.

### Ativo Não Circulante

O ativo não circulante, excluindo imobilizado, intangível, investimentos, bem como os impostos a recuperar, outras contas a receber e outros ativos que foram apresentados no circulante, passou de R\$ 3,280 bilhões em 2019 para R\$ 323 milhões em 2020. A redução de R\$ 2,957 bilhões se explica, principalmente, pela desconsolidação do Grupo Éxito.

### Investimento

Em 2020, a Companhia passou a ter participação de 17,8% na FIC, através da Bellamar, e o valor do investimento no montante de R\$ 769 milhões se refere ao valor de aquisição dessa participação. O valor do investimento de R\$ 320 milhões em 2019, corresponde aos investimentos do Grupo Éxito que foi desconsolidado pela Companhia em 2020, conforme informado no item 10.1.

### Propriedade para investimento

O saldo em 2019, no montante de R\$ 3,051 bilhões está relacionado a propriedade para investimentos do Grupo Éxito que foi desconsolidado em 2020, vide nota 10.1.

### Imobilizado

Em 2020, o imobilizado reduziu 49,0%, passando de R\$ 14,652 bilhões em 2019 para R\$ 7,476 bilhões. Esta redução de R\$ 7,176 bilhões está representada por: (i) R\$ 2,788 bilhões de adição, (ii) R\$ 621 milhões de remensuração relacionado ao IFRS 16/CPC 06 (R2), (iii) R\$ 10,504 bilhões da desconsolidação do Grupo Éxito, (iv) R\$ 1,262 bilhão de depreciação, (v) R\$ 924 milhões de baixas e transferências, (vi) R\$ 1,970 bilhão de variação cambial sobre a conversão dos ativos do Éxito, (vii) R\$ 135 milhões referente a reorganização societária. Em 31 de dezembro de 2020, o ativo imobilizado representava 39,7% do ativo total em comparação a 40,8% em 31 de dezembro de 2019. Os saldos de imobilizado consideram o direito de uso no valor de R\$ 2,429 bilhões em 31 de dezembro de 2020 e R\$ 3,495 bilhões em 31 de dezembro de 2019.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Intangível

Em 2020, os ativos intangíveis apresentaram uma redução de R\$ 3,251 bilhões, passando de R\$ 4,288 bilhões em 2019 para R\$ 1,037 bilhão. A redução está relacionada, principalmente, à desconsolidação do Grupo Êxito, cujo saldo era de R\$ 3,281 bilhões em 31 de dezembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2020, os ativos intangíveis representavam 5,5% do ativo total em comparação a 11,9% em 31 de dezembro de 2019.

**Passivo**CirculanteFornecedores

O saldo de fornecedores passou de R\$ 9,770 bilhões em 2019 para R\$ 5,058 bilhões em 2020. Essa variação de R\$ 4,712 bilhões ocorreu, principalmente, pela desconsolidação do Grupo Êxito com saldo de R\$ 6,449 bilhões e ao aumento das atividades operacionais da Companhia em decorrência da expressiva expansão realizada nos últimos anos. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de fornecedores representava 26,9% do passivo total, incluindo patrimônio líquido, em comparação à 27,2% em 31 de dezembro de 2019.

Passivo de arrendamento (circulante e não circulante)

Em 2020, o passivo de arrendamento reduziu R\$ 975 milhões, passando de R\$ 3,751 bilhões em 2019 para R\$ 2,776 bilhões em 2020. A redução está representada, basicamente, pelos passivos de arrendamento do Grupo Êxito de R\$ 2,416 bilhões e pela adição de novos contratos no valor de R\$ 3,391 bilhões.

Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)

Em 2020, os empréstimos e financiamentos, incluindo as debêntures, reduziram 11,2%, passando de R\$ 8,821 bilhões em 2019 para R\$ 7,831 bilhões em 2020. Esses empréstimos e financiamentos representavam 41,6% do passivo total em 31 de dezembro de 2020, incluindo patrimônio líquido, em comparação com 24,6% em 31 de dezembro de 2019. A redução de R\$ 990 milhões nos empréstimos e financiamento, incluindo as debêntures, está, principalmente, relacionado ao pagamento de debêntures de longo prazo de R\$ 8 bilhões para a aquisição do Grupo Êxito.

Salários e encargos sociais

Em 2020, o passivo com obrigações sociais e trabalhistas reduziu R\$ 201 milhões, passando de R\$ 572 milhões em 2019 para R\$ 371 milhões, cuja variação é, principalmente, em função da desconsolidação do Grupo Êxito, com impacto de R\$ 375 milhões e aumento de R\$ 174 milhões em decorrência da abertura de novas lojas.

Outros passivos e Obrigação de compra participação minoritária (circulante e não circulante)

Os outros passivos tiveram uma redução de R\$ 789 milhões, passando de R\$ 981 milhões em 2019 para R\$ 192 milhões em 2020, impactados, principalmente, pela opção de venda dos minoritários da entidade Grupo Disco del Uruguay S.A. pelo valor de R\$ 636 milhões e de R\$ 236 milhões decorrentes do Grupo Êxito e que foram desconsolidados em 2020.

Não Circulante

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***Imposto de renda e Contribuição social diferidos*

Em 2020, o imposto de renda e contribuição social diferidos passivos reduziu 93,1%, passando de R\$ 1,191 bilhão em 2019 para R\$ 82 milhões, representando uma redução de R\$ 1,109 bilhão, principalmente por: R\$ 208 milhões de ganhos não realizados com créditos tributários e de operações de *hedge*; e ii) R\$ 883 milhões do Grupo Êxito.

*Provisão para demandas judiciais*

Em 2020, a provisão para demandas judiciais reduziu 19,2%, passando de R\$ 349 milhões em 2019 para R\$ 282 milhões em 2020, relacionadas ao provisionamento de demandas previdenciárias e trabalhistas, parcialmente compensada pelas reversões e pagamentos, além da desconsolidação do Grupo Êxito. Em 31 de dezembro de 2020, a provisão para demandas judiciais representava 1,5% do passivo total, incluindo patrimônio líquido, em comparação a 1,0% em 31 de dezembro de 2019.

*Patrimônio líquido*

O patrimônio líquido reduziu R\$ 8,291 bilhões, passando de R\$ 9,701 bilhões em 2019 para R\$ 1,410 bilhão em 2020, essa redução se deve principalmente ao processo de cisão da Companhia, vide nota 10.1.

*Demais contas patrimoniais*

As contas patrimoniais não discutidas acima não apresentaram variações significativas na comparação entre os saldos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

**31 de dezembro de 2019 vs. 31 de dezembro de 2018****Ativo***Circulante**Caixa e equivalentes de caixa*

Em 2019, o caixa e equivalentes de caixa totalizaram R\$ 5,026 bilhões, um aumento de R\$ 3,615 bilhões em relação a 2018, principalmente relacionado à consolidação do Grupo Êxito, que adicionou R\$ 3,150 bilhões em 2019 em relação a 2018. As disponibilidades representavam 14,0% do ativo total em 31 de dezembro de 2019 em comparação a 12,9% em 31 de dezembro de 2018.

*Contas a receber*

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de contas a receber totalizou R\$ 491 milhões, um aumento de R\$ 354 milhões em relação ao saldo de 2018. Esta variação é decorrente principalmente da consolidação do Grupo Êxito, contribuindo com um incremento de R\$ 303 milhões.

*Estoques*

Os estoques aumentaram 132,2%, passando de R\$ 2,235 bilhões em 2018 para R\$ 5,190 bilhões em 2019, representando um aumento de R\$ 2,955 bilhões. Este aumento está impactado pela contribuição do Êxito com o valor de R\$ 2,418 bilhões. Em 31 de dezembro de 2019, os estoques representavam 14,5% do ativo total e 20,4% em 31 de dezembro de 2018, o que demonstra também uma maior eficiência operacional da administração da Companhia na gestão dos estoques, mesmo com a abertura de 22 lojas no ano de 2019.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### Impostos a recuperar (circulante e não circulante)

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de impostos a recuperar aumentou 64,2%, passando de R\$ 1,267 bilhão em 2018 para R\$ 2,081 bilhões, ou seja, um aumento de R\$ 814 milhões, sendo que R\$ 417 milhões se referem ao saldo do grupo Êxito. Demais variações ocorridas nesta rubrica estão relacionadas, principalmente, ao registro do crédito de ICMS sobre a operação no valor de R\$ 331 milhões.

### Outras contas a receber e Outros ativos (circulante e não circulante)

Em 31 de dezembro de 2019, os outros ativos aumentaram 1.358,8%, passando de R\$ 34 milhões em 2018 para R\$ 496 milhões em 2019, variação de R\$ 462 milhões, em função, principalmente, da consolidação do Grupo Êxito que impactou em R\$ 256 milhões e pelo valor a receber de R\$ 100 milhões decorrente da venda de lojas na operação de *Sale Leaseback* realizada no último trimestre de 2019.

### Ativo Não Circulante

O ativo não circulante, excluindo imobilizado, intangível, investimentos, bem como os impostos a recuperar, outras contas a receber e outros ativos que foram apresentados no circulante, passou de R\$ 138 milhões em 2018 para R\$ 3,280 bilhões em 2019. O aumento de R\$ 3,142 bilhões se explica, principalmente, pela consolidação do Grupo Êxito.

### Investimento

Em 2019, a Companhia passou a consolidar as operações do Grupo Êxito, e montante de R\$ 320 milhões que se refere a associada Tuya, financeira investida do Êxito, que detém 50% de participação.

### Propriedade para investimento

Em 2019, o montante de R\$ 3,051 bilhões está relacionado a propriedade para investimentos da controlada Êxito e correspondem a áreas comerciais e lotes que são mantidas para geração de renda ou apreciação futura do preço e são mensuradas pelo valor justo por meio de avaliações realizadas por terceiros.

### Imobilizado

Em 2019, o imobilizado aumentou 214,8%, passando de R\$ 4,655 bilhões em 2018 para R\$ 14,652 bilhões. Este aumento de R\$ 9,997 bilhões é representado por: (i) R\$ 2,040 bilhões de adição, (ii) R\$ 138 milhões de remensuração relacionado ao IFRS 16/CPC 06 (R2), (iii) R\$ 8,497 bilhões da aquisição do Grupo Êxito, (iv) R\$457 milhões de depreciação, (v) R\$362 milhões de baixa, e (vi) R\$ 139 milhões de ajuste de conversão de Êxito. Em 31 de dezembro de 2019, o ativo imobilizado representava 40,9% do ativo total em comparação a 42,6% em 31 de dezembro de 2018. Os saldos de imobilizado consideram o direito de uso no valor de R\$ 3,495 bilhões em 31 de dezembro de 2019 e R\$ 1,060 bilhões em 31 de dezembro de 2018.

### Intangível

Em 2019, os ativos intangíveis apresentaram um aumento de R\$ 3,275 bilhões, passando de R\$ 1,013 bilhões em 2018 para R\$ 4,288 bilhões. A evolução está relacionada, principalmente, à primeira consolidação do Grupo Êxito, cujo saldo era de R\$ 3,162 bilhões em 31 de dezembro de 2019. Em 31 de dezembro de 2019, os ativos intangíveis representavam 11,9% do ativo total em comparação a 9,3% em 31 de dezembro de 2018.



**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****Passivo**CirculanteFornecedores

O saldo de fornecedores passou de R\$ 3,607 bilhões em 2018 para R\$ 9,770 bilhões em 2019. Essa variação de R\$ 6,163 bilhões ocorreu, principalmente, pela consolidação do Grupo Êxito com saldo de R\$ 5,208 bilhões e ao aumento das atividades operacionais da Companhia em decorrência da expressiva expansão realizada nos últimos anos. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de fornecedores representava 27,2% do passivo total, incluindo patrimônio líquido, em comparação à 33,0% em 31 de dezembro de 2018.

Passivo de arrendamento (circulante e não circulante)

Em 2019, o passivo de arrendamento aumentou R\$ 2,571 bilhões, passando de R\$ 1,180 bilhão em 2018 para R\$ 3,751 bilhões. O aumento está representado, basicamente, pelos passivos de arrendamento do Grupo Êxito de R\$ 1,817 bilhões.

Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)

Em 2019, os empréstimos e financiamentos, incluindo as debêntures, aumentaram 1.033,8%, passando de R\$ 778 milhões em 2018 para R\$ 8.821 milhões em 2019. Esses empréstimos e financiamentos representavam 24,6% do passivo total em 31 de dezembro de 2019, incluindo as debêntures, em comparação com 7,1% em 31 de dezembro de 2018. O aumento de R\$ 8.043 milhões nos empréstimos e financiamento, incluindo as debêntures, está, principalmente, relacionado à captação de debêntures de longo prazo de R\$ 8 bilhões para a aquisição do Grupo Êxito.

Salários e encargos sociais

Em 2019, o passivo com obrigações sociais e trabalhistas aumentou R\$ 326 milhões, passando de R\$ 246 milhões em 2018 para R\$ 572 milhões, cuja variação é, principalmente, em função da consolidação do Grupo Êxito, com impacto de R\$ 293 milhões.

Outros passivos e Obrigação de compra participação minoritária (circulante e não circulante)

Os outros passivos tiveram um aumento de R\$ 846 milhões, passando de R\$ 135 milhões em 2018 para R\$ 981 milhões em 2019, impactados, principalmente, pela opção de venda dos minoritários da entidade Grupo Disco del Uruguay S.A. pelo valor de R\$ 466 milhões e de R\$ 260 milhões decorrentes da consolidação do Grupo Êxito.

Não CirculanteImposto de renda e Contribuição social diferidos

Em 2019, o imposto de renda e contribuição social diferidos passivos aumentaram 349,4%, passando de R\$ 265 milhões em 2018 para R\$ 1,191 bilhão, representando um aumento de R\$ 926 milhões, principalmente por: R\$ 1,217 bilhão de depreciação dos itens do imobilizados; e ii) R\$ 253 milhões de prejuízo fiscal do Grupo Êxito.

Provisão para demandas judiciais

Em 2019, a provisão para demandas judiciais aumentou 47,9%, passando de R\$ 236 milhões em 2018 para R\$ 349 milhões, relacionadas ao provisionamento de demandas previdenciárias e trabalhistas,

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

parcialmente compensada pelas reversões e pagamentos, além dos saldos advindos da aquisição do Grupo Êxito. Em 31 de dezembro de 2019, a provisão para demandas judiciais representava 1,0% do passivo total, incluindo patrimônio líquido, em comparação a 2,2% em 31 de dezembro de 2018.

**Patrimônio líquido**

O patrimônio líquido aumentou R\$ 5,609 bilhões, passando de R\$ 4,092 bilhões em 2018 para R\$ 9,701 bilhões em 2019, esse aumento se deve aos seguintes fatores: (i) R\$ 2,603 bilhões de participação de acionistas não controladores decorrentes da aquisição do Grupo Êxito; (ii) aumento de R\$ 2,070 bilhões no capital social advindos da integralização de capital por meio de 2 imóveis no valor de R\$ 67 milhões e capitalização do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC no valor de R\$ 2,003 bilhões.

**Demais contas patrimoniais**

As contas patrimoniais não discutidas acima não apresentaram variações significativas na comparação entre os saldos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

### 10.2 Resultado operacional e financeiro

#### *(a) Resultados das nossas operações, em especial:*

##### *(i) descrição de quaisquer componentes importantes da nossa receita*

As receitas da Companhia são provenientes das operações de autosserviço do Assaí.

Para maiores detalhes sobre as variações na receita líquida, vide item 10.1 (h) deste Formulário de Referência.

##### *(ii) fatores que afetaram materialmente os nossos resultados operacionais*

Para informações acerca dos fatores que afetaram materialmente nossos resultados operacionais, vide item 10.1 (h) deste Formulário de Referência.

#### *(b) variações das nossas receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços*

Em 2019, o desempenho da expansão das lojas juntamente com seu posicionamento acertado e política comercial bem-sucedida resultaram em avanço de mais de 3x nas vendas nos últimos 5 anos, com ampliação da participação de mercado para 28,5% (+7,5 p.p. no período), contribuindo para o crescimento do formato de atacado no país.

O faturamento em 2019 alcançou R\$ 28,1 bilhões (+22%), acréscimo de aprox. R\$ 5 bilhões no ano, impulsionado pela excelente performance das 22 lojas (21 orgânicas e 1 conversão) inauguradas no ano e maturação da expansão dos anos anteriores, além do crescimento de 6,3% em “mesmas lojas”, apesar da robusta base de comparação em 2018 (+8,1%). A Companhia terminou o ano de 2019 com uma área total de vendas de 713 mil m².

O ano de 2020 foi de grandes desafios para todos os segmentos de negócio no Brasil e no mundo, e o Assaí trabalhou com disciplina e eficiência, tendo como resultado a maior receita líquida de sua história, atingindo R\$ 36,0 bilhões, com acréscimo de aproximadamente R\$ 8,0 bilhões no ano. Esse resultado foi impulsionado pela excelente performance das 19 lojas inauguradas no ano e maturação da expansão dos anos anteriores (crescimento de 14,1% em “mesmas lojas”). Esse sólido desempenho resultou em um importante ganho de *market share* no setor Atacadista, confirmando a aderência do posicionamento de mercado e a política comercial bem-sucedida do negócio. A companhia encerrou o ano com um total de 809 mil m² de área de vendas.

Para maiores informações acerca das variações das receitas, vide item 10.1 (h) deste Formulário de Referência.

#### *(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia*

Para informações acerca do impacto da deflação na receita líquida, inflação nos custos e taxa de juros no resultado financeiro, vide item 10.1 (h) deste Formulário de Referência.

**10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs****10.3 Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras*****(a) da introdução ou alienação de segmento operacional***

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de dezembro de 2020, os acionistas da Companhia e do GPA aprovaram a proposta de reorganização societária que compreende a cisão total da controlada Êxito para o GPA. O Êxito é uma empresa colombiana operando neste país sob as bandeiras de supermercados e hipermercados Êxito, Carulla, Super Inter, Surtimax e Surtimayorista, na Argentina sob a bandeira Libertad e no Uruguai operando com as bandeiras Disco e Devoto. Adicionalmente, o Êxito opera na Colômbia shopping centers sob a marca Viva. Vide maiores detalhes no item 10.

***(b) da constituição, aquisição ou alienação de participação societária******(i) Reorganização societária***

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de dezembro de 2020, os acionistas da Companhia e do GPA aprovaram a proposta de reorganização societária que compreende:

i) Cisão da Companhia: cisão parcial de Sendas com a incorporação do acervo cindido pelo GPA, cujo valor contábil líquido apurado pela empresa avaliadora independente foi de R\$9.179 milhões, composto por 90,93% da totalidade das ações de Êxito detidas pela Companhia, correspondente a 393.010.656 (trezentos e noventa e três milhões, dez mil, seiscentos e cinquenta e seis) ações e equivalente a, aproximadamente, 87,80% da totalidade das ações de emissão de Êxito (“Participação Êxito”) e por 6 (seis) postos de gasolina detidos por Sendas (“Ativos Operacionais”), no valor de R\$25 milhões; e

ii) Cisão do GPA: cisão parcial do GPA, visando segregar a totalidade da participação acionária que o GPA detém na Companhia, cujo valor contábil líquido apurado pela empresa avaliadora independente, foi de R\$1.216 milhões, com a entrega das ações de emissão da Sendas de propriedade do GPA diretamente aos acionistas do GPA, na razão de uma ação de emissão da Companhia para cada uma ação de emissão do GPA.

No processo de separação de Sendas e GPA, foi realizada uma permuta de ativos que transferiu para o GPA 9,07% da totalidade das ações do Êxito detidas pela Companhia, correspondente a 39.246.012 (trinta e nove milhões, duzentos e quarenta e seis mil e doze) ações e equivalente a, aproximadamente, 8,77% da totalidade das ações de emissão de Êxito, mediante o recebimento dos seguintes ativos de propriedade do GPA:

i) 50% das ações representativas do capital social da Bellamar Empreendimento e Participações Ltda. (“Bellamar”), sociedade que detém 35,76% do capital social da Financeira Itaú CBD S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (“FIC”), que totalizam o valor de R\$769 milhões e imóveis, que totalizam o valor de R\$146 milhões;

ii) R\$685 milhões mediante aumento de capital na Companhia, sendo: a) R\$500 milhões em dinheiro; b) R\$140 milhões mediante a capitalização de valores a pagar ao GPA; c) R\$45 milhões mediante o acervo líquido contábil de ativos de lojas para futura exploração da Companhia; e

iii) R\$168 milhões referente a contingências e os depósitos judiciais relacionados e que a Companhia e o GPA acordaram que serão responsáveis após a Cisão. Estes efeitos indenizatórios foram registrados em partes relacionadas.

***(c) dos eventos ou operações não usuais***

Não aplicáveis.

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases****10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do*****(a) auditor mudanças significativas nas práticas contábeis*****A Companhia como arrendatária**

A Companhia avalia seus contratos de arrendamento com o objetivo de identificar relações de aluguel de um direito de uso, usando das isenções previstas para os contratos de prazo inferior a doze meses e de valor individual do ativo abaixo de US\$5 mil.

Os contratos são então registrados, quando do início do arrendamento, como passivo de arrendamento em contrapartida ao Direito de Uso, ambos pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, utilizando a taxa de juros implícita do contrato, se esta puder ser utilizada, ou taxa de juros incremental considerando empréstimos obtidos pela Companhia.

O prazo do arrendamento utilizado na mensuração corresponde ao prazo que o arrendatário está razoavelmente certo de exercer a opção de prorrogar o arrendamento ou de não exercer a opção para rescindir o arrendamento.

Subsequentemente, os pagamentos efetuados são segregados entre encargos financeiros e redução do passivo de arrendamento, de modo a se obter uma taxa de juros constante no saldo do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira do período.

Os ativos de direito de uso dos contratos de arrendamento são amortizados pelo prazo do arrendamento. As capitalizações de melhorias, benfeitorias e reformas efetuadas nas lojas são amortizadas ao longo de sua vida útil estimada ou do prazo esperado de utilização do ativo, limitado se houver evidências de que o contrato de arrendamento não será prorrogado.

***(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis***

Não aplicáveis.

***(c) ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor***

Não houve ressalvas no relatório do nosso auditor independente com relação às nossas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

### 10.5 Políticas contábeis críticas

#### Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras da Companhia exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos e a evidência dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto a essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo em exercícios futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração adotou os seguintes julgamentos, os quais tiveram o efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

#### 1) Redução ao valor recuperável – impairment

Conforme método divulgado nas notas explicativas nº 16.1 e 17.1, a Companhia efetuou teste para verificar os ativos que poderiam não ser recuperáveis e no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, com base nos testes efetuados, não houve a necessidade de reconhecimento de perda.

##### a) Teste de recuperação dos ativos operacionais das lojas

O procedimento para verificação de não realização consistiu no agrupamento de ativos operacionais e intangíveis (como fundo de comércio) diretamente atribuíveis às lojas. Os passos do teste foram os seguintes:

- Passo 1: comparou-se o valor contábil em imóveis das lojas alugadas com um múltiplo de venda (35%) representativo de transações entre empresas do mesmo setor. Para as lojas com valor de múltiplo inferior ao valor contábil, passamos a um método mais detalhado, descrito no Passo 2.
- Passo 2: a Companhia considera o maior valor entre os fluxos de caixa descontados utilizando o crescimento de perpetuidade de 5,6% (4,5% em 2019) para os períodos que excedem os cinco anos e taxa de desconto de 9,8% (8,7% em 2019) ou laudos de avaliação preparados por especialistas independentes para as lojas próprias.

##### b) Teste de recuperação de intangíveis de vida útil indefinida

Para fins de teste de perda por redução ao valor recuperável, o ágio e as marcas adquiridos por meio de combinações de negócios e licenças com duração indefinida foi alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), que também são segmentos operacionais que divulgam informações. O valor recuperável é determinado por meio de cálculo com base no valor em uso, a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela Alta Administração para os próximos três anos. A taxa de desconto aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 9,8% (8,4% em 2019), e os fluxos de caixa que excedem o período de três anos são extrapolados utilizando uma taxa de crescimento de 4,6% (4,8% em 31 de dezembro de 2019). Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos.

#### 2) Impostos sobre a renda

Em virtude da natureza e complexidade dos negócios da Companhia, as diferenças entre os resultados efetivos e as premissas adotadas, ou as futuras alterações dessas premissas, podem acarretar futuros ajustes de receitas e despesas tributárias já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas razoáveis, para os impostos devidos. O valor dessas provisões

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

se baseia em diversos fatores, tais como a experiência de fiscalizações anteriores e as diferentes interpretações da regulamentação fiscal pela entidade contribuinte e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem se referir a uma grande variedade de questões, dependendo das condições vigentes no domicílio da respectiva entidade.

São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos referentes a todos os prejuízos fiscais não utilizados e diferenças temporárias, na medida em que seja provável que haverá um lucro tributável e os créditos tributários poderão ser compensados. A definição do valor do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos que podem ser reconhecidos exige um grau significativo de julgamento por parte da Administração, com base nas estimativas de lucro e no nível de lucro real tributável futuro, de acordo com o planejamento estratégico aprovado pelo Conselho de Administração.

Para os casos em que não se consegue justificar a realização de benefícios, o potencial de crédito de imposto de renda e da contribuição social diferidos é baixado. Esses prejuízos não têm prazo prescricional, mas sua utilização, conforme definida em lei, é limitada a 30% do lucro tributável de cada exercício para as entidades legais brasileiras, que dispõem de oportunidades de planejamento tributário para utilização desses saldos. A nota explicativa nº 23 fornece outros detalhes sobre impostos.

### 3) Valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros

Quando não é possível obtê-los em mercados ativos, o valor justo dos ativos e passivos financeiros registrados nas demonstrações financeiras é apurado conforme a hierarquia estabelecida pelo pronunciamento técnico CPC 46/IFRS 13 – Mensuração de valor justo, que determina certas técnicas de avaliação, entre as quais o modelo do fluxo de caixa descontado. As informações para esses modelos são obtidas, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações, de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados ativamente em mercados organizados é apurado com base em cotações de mercado e no encerramento dos exercícios.

No caso de instrumentos financeiros não negociados ativamente, o valor justo se baseia em técnicas de avaliação definidas pela Companhia e compatíveis com as práticas usuais do mercado. Essas técnicas incluem a utilização de operações de mercado recentes entre partes independentes, o “benchmarking” do valor justo de instrumentos financeiros similares, a análise do fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

### 4) Provisão para demandas judiciais

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos (nota explicativa nº 20) e as provisões para as demandas judiciais são constituídas para todas as causas que representem expectativa de perdas prováveis e estimadas com certo grau de razoabilidade. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais, a sua relevância jurídica, o histórico de ocorrência e valores envolvidos e a avaliação dos advogados externos.

### 5) Tributos a recuperar

A Companhia possui saldo de impostos a recuperar principalmente relacionados a ICMS, ICMS de Substituição Tributária – ST, PIS e COFINS. A realização desses impostos é efetuada tendo como base as projeções de crescimento, questões operacionais e geração de débitos para consumo

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

desses créditos. Vide nota explicativa nº 11 para maiores detalhes dos créditos e sua compensação.

### 6) Estoques

Os estoques estão mensurados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o seu valor de realização, computados pelo custo ponderado médio. O valor líquido de realização é calculado pelo preço médio de venda, deduzido de: (i) tributos incidentes sobre a venda; (ii) despesas de pessoal atreladas diretamente à venda; (iii) custo da mercadoria; e (iv) demais custos necessários para trazer a mercadoria em condição de venda. Os estoques são reduzidos ao seu valor recuperável por meio de estimativas de perda por roubo, furto, sucateamento, giro lento de mercadorias e estimativa de perda para mercadorias que serão vendidas com margem bruta negativa, incluindo produtos de mostruário.

### 7) Operação em conjunto (*Joint Venture*)

O investimento da Companhia na FIC está reconhecido como uma operação em conjunto (*Joint Venture*) e é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma *Joint Venture* de acordo com o CPC18 (R2) / IAS28 – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (*Joint Ventures*) é reconhecido inicialmente pelo custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da *Joint Venture* a partir da data de aquisição.

As demonstrações financeiras da *Joint Venture* são elaboradas para o mesmo período de divulgação que as da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas fiquem alinhadas com as da Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento em sua *Joint Venture*. A Companhia determinará, em cada data de fechamento anual do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na *Joint Venture* sofreu perda por redução ao valor recuperável. Caso se constate, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da *Joint Venture* e o valor contábil e reconhece a perda na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia não realizou a análise, tendo em vista que nesta data reconheceu a participação inicial, conforme descrito na nota nº 13.1.

### 8) Arrendamento

A Companhia arrenda equipamentos e espaços comerciais, incluindo lojas e centros de distribuição, em contratos canceláveis e não canceláveis de arrendamento mercantil. Os prazos dos contratos variam substancialmente entre 5 e 25 anos.

#### A Companhia como arrendatária

A Companhia avalia seus contratos de arrendamento com o objetivo de identificar relações de aluguel de um direito de uso, usando das isenções previstas para os contratos de prazo inferior a doze meses e de valor individual do ativo abaixo de US\$5 mil.

Os contratos são então registrados, quando do início do arrendamento, como Passivo de Arrendamento em contrapartida ao Direito de Uso (notas nº 21), ambos pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, utilizando a taxa de juros implícita do contrato, se esta puder ser utilizada, ou taxa de juros incremental considerando empréstimos obtidos pela Companhia.



**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

O prazo do arrendamento utilizado na mensuração corresponde ao prazo que o arrendatário está razoavelmente certo de exercer a opção de prorrogar o arrendamento ou de não exercer a opção para rescindir o arrendamento.

Subsequentemente, os pagamentos efetuados são segregados entre encargos financeiros e redução do passivo de arrendamento, de modo a se obter uma taxa de juros constante no saldo do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira do período.

Os ativos de direito de uso dos contratos de arrendamento são amortizados pelo prazo do arrendamento. As capitalizações de melhorias, benfeitorias e reformas efetuadas nas lojas são amortizadas ao longo de sua vida útil estimada ou do prazo esperado de utilização do ativo, limitado se houver evidências de que o contrato de arrendamento não será prorrogado.

Os aluguéis variáveis são reconhecidos como despesas nos exercícios em que são incorridos.

**A Companhia como arrendadora**

Os arrendamentos mercantis em que a Companhia não transfere substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios da titularidade do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Os custos iniciais diretos de negociação dos arrendamentos mercantis operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo arrendado e reconhecidos ao longo do prazo do contrato, na mesma base das receitas de aluguéis.

Os aluguéis variáveis são reconhecidos como receitas nos exercícios em que são auferidos.

Os contratos de arrendamento mercantil totalizaram R\$ 2,776 bilhões em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 3,751 bilhões em 31 de dezembro de 2019), de acordo com o quadro a seguir:

	31.12.2020	31.12.2019
Passivo de arrendamento mercantil financeiro - pagamentos mínimos:		
Até 1 ano	172	404
De 1 a 5 anos	866	1.323
Mais de 5 anos	1.738	2.024
<b>Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil financeiro</b>	<b>2.776</b>	<b>3.751</b>
<b>Encargos futuros de financiamento</b>	<b>2.478</b>	<b>2.347</b>
<b>Valor bruto dos contratos de arrendamento mercantil financeiro</b>	<b>5.254</b>	<b>6.098</b>

**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs****10.6 Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras****(a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)****(i) Arrendamentos mercantis operacionais ativos e passivos**Arrendamento operacional - Pagamentos contingentes

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<b>Despesas (receitas) do período:</b>			
Variáveis (0,5% e 1,6% das vendas)	<b>16</b>	19	12
Subarrendamentos (*)	<b>22</b>	20	11

(\*) Refere-se, principalmente, aos contratos de aluguéis a receber das galerias comerciais

Arrendamento mercantil financeiro

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro totalizaram conforme o quadro a seguir:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Passivo de arrendamento mercantil financeiro - pagamentos mínimos		
Até 1 ano	<b>172</b>	404
De 1 a 5 anos	<b>866</b>	1.323
Mais de 5 anos	<b>1.738</b>	2.024
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	<b>2.776</b>	3.751
Encargos futuros de financiamento	<b>2.478</b>	2.347
Valor bruto dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	<b>5.254</b>	6.098

**(ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**

A Diretoria esclarece que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia de 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019.

**(iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

A Diretoria esclarece que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia de 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019.

**(iv) contratos de construção não terminada**

A Diretoria esclarece que não há construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia de 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019.

**(v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

A Diretoria esclarece que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia de 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019.

**(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras, além dos mencionados no item 10.6(a) acima.

**10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados****10.7 Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

*(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia;*

De acordo com as normas contábeis vigentes, a Companhia divulga em suas demonstrações financeiras consolidadas todas as transações relevantes da qual é parte, ou retenha qualquer risco por conta de participação societária ou contrato. Não há transações ou operações não evidenciadas nas demonstrações financeiras que possam impactar a Companhia significativamente.

*(b) natureza e o propósito da operação;*

Não aplicável.

*(c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação.*

Não aplicável.

## 10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

### 10.8 Plano de negócios

A Companhia reforça aos seus acionistas e ao mercado em geral que o seu plano de negócios foi elaborado prevendo um cenário mais ameno em relação ao contexto enfrentado pela pandemia do COVID-19 no Brasil. De tal forma, a Companhia se reserva no direito de alterar o plano de negócios a qualquer momento, a depender das medidas adotadas pelo Governo para conter o seu avanço.

#### **(a) investimentos, incluindo:**

##### *(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos*

O Plano de Investimentos bruto para o Assaí para o ano de 2021 totaliza ao redor de R\$ 1,7 bilhão para construção novas unidades e conversão de hipermercados (25 a 28 lojas), reforma de lojas existentes, logística e tecnologia.

##### *(ii) fontes de financiamento dos investimentos*

A Companhia obtém recursos para as operações e investimentos, principalmente, por meio do seu fluxo de caixa operacional, reserva de expansão, orçamento de capital, empréstimos bancários, antecipação de recebíveis, financiamentos obtidos junto ao BNDES, além de captação de recursos no mercado de capitais mediante a emissão de debêntures, CRA (Certificado de Recebíveis do Agronegócio), notas promissórias, entre outras fontes de financiamento.

##### *(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.*

Neste momento não temos previsão de novas operações de Sales Lease Back.

#### **(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente nossa capacidade operacional.**

Não há eventos a divulgar.

#### **(c) novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.**

Não aplicável.

**10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante****10.9 Outros fatores com influência relevante**

A Companhia não tem conhecimento sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o seu desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta Seção 10.